

JANEIRO 2024

# jornal



Federação Nacional da Educação



POR UMA MUDANÇA NA  
**EDUCAÇÃO**

# ÍNDICE

3 - 4

EDITORIAL

5 - 40

AÇÃO SINDICAL

41 - 47

TEM A PALAVRA



48 - 49

PESSOAL DE APOIO EDUCATIVO

50 - 70

INTERNACIONAL

71 - 76

SAÚDE



# EDITORIAL



## **Não perdemos (com) a Esperança**

O sindicalismo eficaz e responsável e não é o que se limita a contestar e a combater. Não é, também, um sindicalismo fechado sobre os seus próprios interesses e que utiliza aqueles que representa em proveito próprio e com outros objetivos que não sejam exclusivamente os da defesa e apoio dos trabalhadores que representa ou quer representar. O sindicalismo responsável e eficaz é um sindicalismo de proposta, de diálogo e, sempre que necessário, de luta.

### **A FNE e o Roteiro para a Legislatura 2024-2028**

A Federação Nacional de Educação, assumindo a sua responsabilidade e com vontade de eficácia, não pode ficar-se pela mera rejeição ou aceitação das propostas apresentadas pelos partidos políticos ou instituições com quem negocia. Nós próprios temos que construir alternativas e elaborar propostas. Por isso, iremos construir, com a participação dos educadores, professores, investigadores, formadores, técnicos especializados, técnicos superiores, assistentes técnicos e assistentes operacionais, um Roteiro para a Legislatura 2024-2028. Este Roteiro será revisto e atualizado tendo em conta os contributos, críticas e sugestões que nos fizerem chegar, através dos sindicatos da FNE.

O Roteiro e a ação sindical a desenvolver pela FNE serão tão bons quanto as propostas que soubermos construir e avançar.

### **O voto nas eleições legislativas de 10 de março**

No dia 10 de março, vamos poder decidir como queremos que seja o nosso futuro e o que queremos como políticas educativas. Por isso, é imperioso que todos façam uso pleno do seu direito de voto e, desse modo, contribuam para a determinação de novas políticas, que nos devolvam a vontade, a alegria, a energia, o tempo e o prazer no desempenho da nossa profissão.

A insatisfação que as políticas, ao longo dos últimos anos, têm trazido para a Educação não pode continuar sem respostas concretas para a sua resolução urgente.

Sabemos bem que a Educação e concretamente os problemas dos seus profissionais, tem estado arredada do discurso dos partidos políticos. Uma vez por outra, quando os problemas se agudizam, aparecem para genericamente fazerem declarações de circunstância. Mas, no fim, pouco ou nada se altera do que mais negativamente tem marcado a Educação no nosso país, e sobretudo na determinação de medidas concretas de reconhecimento e valorização dos profissionais da Educação.

### **A candidata virtual Maria Esperança Portugal**

É também por isso que a FNE apresenta a candidata virtual “Maria Esperança Portugal”. De forma inovadora, com recurso à Inteligência Artificial, esta candidata pretende dar voz às medidas que se tornam indispensáveis para que, de uma vez por todas, seja possível determinar políticas educativas consistentes, duradouras, coerentes, que resolvam os problemas identificados e respeitem os seus profissionais.

No dia 10 de março, deve ganhar a Educação, deve ganhar o futuro de Portugal.  
Não perdemos (com) a Esperança.



**PEDRO BARREIROS**  
SECRETÁRIO-GERAL DA FNE

CONFERÊNCIA HÍBRIDA

📅 24 JAN 2024 | 14H30-18H00  
📍 LISBOA | HOTEL BARCELONA  
📺 ZOOM



*Dia Internacional da Educação*

# A EDUCAÇÃO DE QUE PRECISAMOS

*Refletir o PISA 2022 e as políticas de educação e formação para o futuro*

\* *Anabela Serrão* | IAVE  
\* *Domingos Lopes* | IEFP  
\* *Margarida Mano* | Universidade Católica



## VI Dia Internacional da Educação:

# A educação que temos e a que precisamos para o futuro

"Educar é preparar as gerações para o futuro e transformar. Depois, trazer para fora do indivíduo algo de novo que vai beneficiar a sociedade". As palavras são de Margarida Mano, Vice-reitora para a Qualidade, Inovação e Desenvolvimento, da Universidade Católica Portuguesa, proferidas na celebração da FNE/AFIET do Dia Internacional da Educação 2024, com a conferência "A Educação de que Precisamos - Refletir o PISA 2022 e as políticas de educação e formação para o futuro".

O evento híbrido decorreu na tarde do dia 24 de janeiro de 2024, no Hotel Barcelona, em Lisboa, totalizando cerca de 150 participantes, 60 dos quais em modo presencial. Do programa constaram três intervenções de oradores convidados: Anabela Serrão, membro do Conselho Diretivo do IAVE (Instituto de Avaliação Educativa), Domingos Lopes (Presidente do Conselho Diretivo do IEFP) e Margarida Mano, acompanhados nas suas prestações por dois grupos de três comentadores, dos órgãos da FNE e da AFIET.

A abertura da sessão coube a João Dias da Silva, Presidente da AFIET, e a Maria José Rangel, Presidente do SDPGL. João Dias da Silva sublinhou o papel da Educação "como um direito humano, como um bem público e uma responsabilidade pública", nas suas palavras "três vetores fundamentais e basilares para a perspetiva com que atuamos no setor".



Vídeo da Conferência



Galeria de Fotos



**João Dias da Silva e Maria José Rangel**

Para o Presidente da AFIET, “a melhor forma de garantir o direito à educação para todos tem de ser através de sistemas de ensino público gratuitos e de qualidade. Estamos todos unidos por uma Educação que preveja um futuro que os nossos alunos merecem, por salários dignos e por boas condições de vida e de trabalho para todos os trabalhadores da educação”.

Por seu lado, Maria José Rangel saudou os participantes presenciais e online para um evento que partiria, na sua essência, dos resultados dos alunos portugueses no PISA 2022 da OCDE, publicados em dezembro de 2023, para culminar em propostas para o futuro melhor para a Educação em Portugal.



*Anabela Serrão*

## O efeito da retenção

Anabela Serrão, coordenadora nacional dos estudos internacionais que o IAVE implementa no nosso país, apresentou o tema "O desempenho dos alunos portugueses no PISA 2022 - resultados obtidos e consequências", focando, entre outros, aspetos específicos do relatório, relacionados com o processo de amostragem e com os diversos fatores de desempenho escolar dos alunos, como por exemplo as características do aluno, da família e da escola, sendo a retenção e o ano frequentado dos mais relevantes.

Anabela Serrão reconheceu que os resultados do PISA 2022 e de outras avaliações internacionais dos últimos anos entraram para Portugal numa tendência descendente, tendo o último ciclo do PISA sido muito marcado pela pandemia do COVID-19, que fez com que a generalidade dos países e economias participantes tivessem uma queda de cerca de 15 pontos na média da OCDE.

Por sua vez, Portugal obteve menos 21 pontos em literacia matemática, menos 15 pontos em literacia de leitura e menos 7 pontos em literacia científica. Este último declínio em ciências não foi estatisticamente significativo.

A oradora apresentou um pouco da história do Relatório PISA, seguindo depois para alguns números que mostraram que o PISA 2022 foi aquele que envolveu uma maior participação total de alunos (690 mil) e de países e economias (81). Em Portugal participaram 224 escolas e 6.793 alunos.

A OCDE tem vindo a agregar ao teste PISA domínios inovadores, próximos daquilo que hoje é designado como conhecimentos e competências virados para o século XXI, sendo que o ciclo de 2022 ainda contempla o pensamento criativo e uma avaliação opcional sobre a literacia financeira.

Anabela Serrão deteve-se na contextualização das três literacias avaliadas no PISA, comparando os resultados com os do PISA 2018. No PISA 2022, os rapazes tiveram melhores resultados a matemática e as raparigas na leitura, sendo esta uma tendência que se estende aos países da OCDE.

Tal não se aplica ao nível das ciências, tanto em Portugal, como nos restantes países da OCDE. A organização alerta que desde 2012 se tem vindo a verificar uma quebra nos resultados, pelo que importa perceber, neste último ciclo do PISA, qual a parte que cabe à pandemia e a situações de perturbação que ela provocou.

Quanto às características dos alunos, a oradora frisou que os resultados por distribuição de ano de escolaridade ao nível da matemática mostram que a maioria estavam no 10º ano, ao contrário do que acontecia no ano 2000, em que essa distribuição era feita pelos 7º, 8º e 9º anos. Esta realidade mostra o efeito que a retenção tem no percurso dos alunos.





## Professores elogiados na pandemia

Apontando a indicadores verificou-se que níveis de ansiedade superiores pioram resultados, sendo que ao nível do acolhimento na escola a maior parte dos alunos considerou positiva a sua experiência.

Neste aspeto, Portugal apresenta um valor positivo, ao passo que a média da OCDE é negativa, o que mostra que os nossos alunos gostam de estar na escola. O interesse das famílias pelo dia a dia escolar é outro dos pontos em que Portugal tem resultado positivo, sendo que os alunos portugueses reportam uma avaliação muito positiva ao apoio dado pelos seus professores e pelas suas escolas durante a pandemia.

Anabela Serrão sublinhou ainda a percentagem de alunos top performers (bons alunos) e low performers (alunos menos bons) nos três domínios da matemática, leitura e ciências e deteve-se em seguida em questões relacionadas com o bem-estar dos alunos. O índice obtido em Portugal no índice de sentido de pertença à escola foi de 0.08, um dos mais elevados dos países participantes. Os alunos nacionais também elogiaram o apoio dado pelas suas famílias.

A fechar a sua intervenção, Anabela Serrão salientou que no ensino a distância durante a pandemia não existia um perfil que se pudesse estabelecer entre os resultados das escolas que abriram e das escolas que fecharam. No entanto, a nível nacional os alunos que reportaram níveis elevados de aulas online obtiveram melhores resultados. Na verdade, 72% assistiram – todos ou quase todos os dias – a aulas online de suas escolas.

De evidenciar que os alunos portugueses demonstraram uma elevada confiança na aprendizagem autónoma, no caso da sua escola vier a fechar de novo no futuro.

Esta excelente intervenção de Anabela Serrão recebeu depois comentários individuais de três dirigentes da FNE: Gabriel Constantino (Presidente da Mesa do Congresso e do Conselho Geral), Josefa Lopes (Vice-Secretária-Geral) e Joaquim Santos (Secretário Executivo), que apresentaram uma visão mais sindical dos resultados do PISA 2022. Os comentadores concluíram por uma necessidade de maior investimento na educação, quer em recursos humanos – educadores, professores e pessoal de apoio educativo -, quer em recursos pedagógicos, quer em recursos nas estruturas físicas das próprias escolas.



*Domingos Lopes*

## Saldo migratório piora qualificações

Fechada a primeira intervenção, José Manuel Cordeiro (Vice-Secretário-Geral da FNE) apresentou Domingos Lopes, segundo orador convidado da conferência, que abordou "As competências e os conhecimentos de que precisamos para o futuro". Partindo das competências 2023 do Fórum Económico e Mundial, o Presidente do IEFP discorreu sobre os objetivos principais do Ano Internacional das Competências, que decorreu em 2023 e encerra em abril do corrente ano.

Domingos Lopes falou sobre como adequar as aspirações e as competências das pessoas às oportunidades no mercado de trabalho, especialmente no que diz respeito às transições ecológica e digital e à recuperação económica.

E considerou que o que marca os tempos atuais é a mudança e a velocidade da evolução dos conhecimentos.

Daí ter chamado à atenção para o facto das hard skills ficarem obsoletas num período de cinco anos.

Sobre o digital acentuou que a pandemia trouxe uma aceleração brutal, que tem vindo a ser tornada mais visível através da Inteligência Artificial, com o ChatGPT a assumir essa visibilidade, o que "obriga à adaptação das nossas competências no mercado de trabalho".

Um outro objetivo passa por promover um investimento acrescido, mais eficaz e inclusivo na formação e na melhoria de competências, a fim de aproveitar todo o potencial da mão de obra europeia e apoiar as pessoas na transição de um emprego para outro. Este esforço passa por uma constante formação contínua, podendo levar a que quem não se atualize acabe por poder ficar fora da impulsão dada pela mudança.

Este propósito relaciona-se com o assegurar que as competências são pertinentes para as necessidades do mercado de trabalho, cooperando também com os parceiros sociais e as empresas. A isto acrescenta-se a necessidade premente de verificar que investimentos mais eficazes são necessários para as melhorias das qualificações e competências, conducentes a uma formação direcionada e ajustada a determinados setores do mercado de trabalho.

Um último objetivo tem que ver com a importância de atrair pessoas de países terceiros com as competências de que a União Europeia necessita, nomeadamente reforçando as oportunidades de aprendizagem e a mobilidade e facilitando o reconhecimento das qualificações.

Quanto a este tema, Domingos Lopes considerou que é uma realidade o aumento do número de desempregados inscritos no IEFP, sendo que a maioria são estrangeiros, estando o país a recrutar lá fora para suprir algumas necessidades.

Porém, o saldo migratório está a piorar as qualificações, porque "exportamos mais qualificações e importamos menos qualificações, o que significa que estamos a defraudar expectativas em quem apostou na sua qualificação". Ou seja: "estamos a manter um modelo de desenvolvimento económico que não é o mais adequado, porque o tecido económico e empresarial não está a acompanhar o aumento das qualificações nem a enquadrar no mercado de trabalho esta que é a geração com mais qualificações de sempre".

Estamos no fundo a "manter um modelo de baixas qualificações, que gera um desafio que nos deve envolver e motivar a todos". A prestação do Presidente do IEFP foi de seguida comentada por José Manuel Cordeiro, Maria Luísa Pires (Secretária Nacional da FNE) e Álvaro Santos (Vogal da Direção da AFJET), que deixaram algumas questões e observações sobre as competências atuais para o mercado de trabalho e a forma como aquilo que a escola produz não é acompanhado pelo desenvolvimento económico que não retém o talento.





*Margarida Mano*

## Portugal em 20º nos ODS

Coube a Margarida Mano a terceira e última intervenção desta Conferência, subordinada ao tema “As competências e os conhecimentos de que precisamos para o futuro”. A ex-Ministra da Educação e Ciência no XX Governo Constitucional começou por citar o verso “sê todo em cada coisa”, de Ricardo Reis, “De nenhum fruto comas só metade”, de Miguel Torga, e “Já me sinto cansada dos passos que não dei”, de Natália Correia, para demonstrar que necessitamos dar de nós o máximo, seja em que atividade for. Em todas elas é preciso colaboração.

Nesta sua primeira ideia, “é preciso visão, ter uma ideia e saber para onde ir. O que é para mim educar não mudou muito nos últimos anos. Educar é preparar as gerações para o futuro, transformar. Transformar quem? As pessoas. Transformar o quê? A sociedade”. A Educação transforma as pessoas e deve contribuir para uma sociedade mais humanista, mais assente no Conhecimento, mais global. A sociedade tem que criar valor”.

A segunda ideia relaciona-se com o contexto em que vivemos.

Para o explicar, Margarida Mano socorreu-se, entre outros, de documentos da OCDE, começando por citar as dez grandes tendências para a indústria em 2024, marcadas - por ordem decrescente - por uma Inteligência Artificial em ascensão, uma automação e robótica avançadas, pela realidade aumentada e realidade virtual, pela Big Data e pela conectividade em dispositivos.

Temos assim que trazer para fora do indivíduo algo de novo que vai beneficiar o coletivo.

Já sobre o sistema educativo, é preciso "basear-se em premissas de maior valor para uma sociedade melhor no Futuro: flexibilidade, autonomia da Escola, cooperação e colaboração. E à escola exige-se que seja corajosa, plural e social".

A terceira ideia que Margarida Mano trouxe à conferência foi a relevância da questão dos ODS - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU, incluindo como é óbvio o Objetivo 4 da Educação, que visa garantir o acesso à educação inclusiva e promover oportunidades de aprendizagem para todos ao longo da vida. A oradora recordou dados que colocam Portugal no 20º lugar na tabela dos países que mais aplicam os 17 ODS.





## Transformar na educação

Temas fulcrais no nosso país são o envelhecimento dos professores, poucos jovens a entrar na profissão, as competências de que precisam os portugueses e o excesso de centralismo nos processos de decisão e governança. Utilizando dados do relatório “Education and Training Monitor 2023”, da Comissão Europeia, a Vice-Reitora da Universidade Católica demonstrou algumas carências do nosso sistema educativo, elegendo depois a multiculturalidade como um grande desafio nacional.

A falta de incentivos e a falta de apoio dos empregadores para a formação é outro dilema que continua por resolver.

Usando desta feita o documento da OCDE “Trends Shaping Education 2022”, Margarida Mano interrogou-se sobre as questões fundamentais do **tempo e do espaço** na educação do futuro. Ou seja: quem educa e em que circunstâncias. “Quem educa deve ser um professor. Mas a quem deve responder e como?”

Há vários cenários já traçados sobre possíveis futuros para as escolas, para os professores e ensino e para a governação da educação e que passam pela escolaridade alargada, pela educação externalizada, pela escola como centro de aprendizagem e aprender em ação num contexto que cria tensões e paradoxos ao nível da modernização vs desorganização; novos objetivos vs velhas estruturas; inovação vs evitar o risco ou aprendizagem vs educação. São várias as questões que ficam em aberto para o futuro responder. Alguns destes cenários foram delineados pela OCDE no documento "Back To The Future of Education".

Pedro Barreiros, Secretário-Geral (SG) da FNE, encerrou a conferência enaltecendo o papel que os trabalhadores da educação têm para um ensino de qualidade. O SG da FNE alertou para os resultados do PISA 2022 "que mostram que algo não está a funcionar bem no nosso sistema educativo. Precisamos de uma mudança na educação para um futuro que será marcado pela mudança e pela tecnologia. Uma educação que seja mais inclusiva e que dê verdadeiramente uma oportunidade a todos".

**Pedro Barreiros**





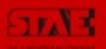
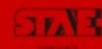
o futuro  
está  
na



escola

PARA MELHOR EDUCAÇÃO

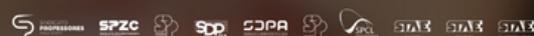
*Tratem bem os que cá estão!*



# María Esperança Portugal 5



María Esperança Portugal, apesar de não ser candidata a um cargo político, irá aproveitar o tempo de campanha eleitoral para falar dos problemas, anseios e reivindicações da classe docente e do pessoal de apoio educativo, e apresentará propostas concretas para uma **educação de qualidade**.



## + Esperança

María Esperança Portugal será a candidata da FNE numas eleições em que se espera que o novo Primeiro-Ministro dali eleito, cuide e trate a educação da forma que todos os profissionais deste setor o merecem.

Esta candidatura virtual às eleições legislativas de 2024 tem como objetivo apresentar um compromisso com o saber, compromisso com o futuro, com a qualidade da educação para todas as crianças e jovens, bem como para todos os profissionais da educação.

María Esperança é a cara de propostas para uma Educação de qualidade para todas as crianças e jovens, bem como pelos profissionais da educação. Para isso, urge aumentar o investimento na educação e valorizar quem a faz.

A Esperança que María carrega no nome será criada de forma artificial, mas as dificuldades que os professores e pessoal de apoio educativo vivem há anos no seu dia-a-dia é bem real.

**É por isso fundamental valorizar quem realiza a educação:**

- **Educadores e professores:** Os educadores e professores são os principais agentes da transformação social, e merecem o nosso respeito e reconhecimento. Eles desempenham um papel fundamental na formação de cidadãos conscientes, criativos e críticos, e na construção de uma sociedade mais justa e próspera.
- **Trabalhadores não docentes:** Os trabalhadores não docentes, também conhecidos como pessoal de apoio educativo, são essenciais para o sucesso da educação. Eles desempenham um papel fundamental no apoio à aprendizagem dos alunos, na organização e gestão das escolas e na promoção de uma comunidade educativa inclusiva.

Maria Esperança Portugal sabe que nesta campanha eleitoral, junto com todos, é possível construir um futuro melhor através da educação. É isso que a move nesta luta, conforta e não a deixa desistir de acreditar e de ter esperança que o futuro está na escola e em todos os que nela trabalham.

Acreditamos que estas propostas que esta campanha vai apresentar são essenciais para garantir uma Educação de qualidade para todas as crianças e jovens, bem como para todos os profissionais da educação.

O nosso compromisso com o saber é um compromisso com o futuro.

É um compromisso com a construção de uma sociedade mais justa e próspera.

É o querer acreditar que vale a pena ter ESPERANÇA.



# FNE defende que alteração ao período probatório tem efeitos imediatos

A Federação Nacional da Educação fez chegar, na manhã de 8 de janeiro de 2024, ao Ministro da Educação, um ofício em que defende que a alteração ao artigo 31.º do Estatuto da Carreira Docente (ECD), no âmbito do período probatório, tem efeitos para o presente ano escolar.

No documento, a FNE regista positivamente a alteração ao ECD introduzida pela entrada em vigor do Decreto-Lei nº 139-B/2023, de 29 de dezembro, designadamente a alteração ao artigo 31.º, que estabelece que “o tempo de serviço prestado por docentes com qualificação profissional para a docência em regime de contrato em funções públicas a termo resolutivo, por um período mínimo de dois anos escolares, é contado para efeitos de conclusão do período probatório, desde que classificado com menção qualitativa igual ou superior a Bom”.

No entanto, são várias as Escolas/Agrupamentos em que parece subsistir a dúvida sobre se a alteração referida tem efeitos para o presente ano escolar. Na verdade, na reunião de 20 de novembro de 2023, no Ministério da Educação, na qual foi apresentada a proposta de alteração ao artigo 31.º do ECD, a FNE reivindicou que a medida tivesse efeito imediato, permitindo assim que muitos docentes que se encontram indicados para realizar o período probatório fossem dispensados da sua realização.

Por isso, tendo esta alteração ao ECD entrado em vigor a 30 de dezembro de 2023, nos termos do artigo 27.º do DL n.º 139-B/2023, é entendimento da FNE que a mesma produza efeitos imediatos, tendo desde logo como consequência abranger os docentes que no presente ano escolar se encontram a realizar o período probatório, uma vez que as anteriores condições para dispensa da sua realização se encontram revogadas. Para a FNE, qualquer outro entendimento não faria sentido, até porque poderia gerar situações incompreensíveis de desigualdade.

Por outro lado, se a FNE reconhece nesta medida sentido de justiça e de razoabilidade, manter as anteriores condições de dispensa do período probatório em vigor seria, não só um contrassenso e contraditório com os objetivos da própria alteração legislativa, como também constituiria uma profunda injustiça para todos os docentes que reúnem as condições de dispensa do período probatório, entradas em vigor a 30 de dezembro de 2023.

A alteração agora em vigor vem dar coerência a estes objetivos, permitindo dispensar da realização do período probatório docentes com vários anos de ensino, que, obviamente, não estão na fase inicial de desenvolvimento da sua carreira, pelo que os docentes que se encontram sinalizados para realizar o período probatório, mas que possuem dois anos de tempo de serviço, com avaliação igual ou superior a Bom, devem ser dispensados da sua realização, em cumprimento do disposto no n.º 17 do artigo 31.º do ECD.

A FNE pretende através do envio do ofício, que se lancem com a máxima urgência os procedimentos administrativos necessários para a aplicação imediata do n.º 17 do artigo 31.º do ECD, designadamente a produção de novas listas, com a identificação dos docentes dispensados de realizar o Período Probatório e com a identificação dos que terão que o realizar.





# FNE envia ofício ao ME relativo à aquisição de outras habilitações

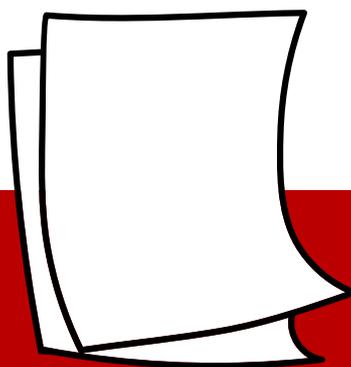
A 9 de janeiro de 2024, a FNE avançou com um ofício dirigido ao Ministro da Educação, relativo à alteração ao artigo 54.º do Estatuto da Carreira Docente (ECD) sobre a aquisição de outras habilitações.

A FNE desde sempre reivindicou que a aquisição dos graus académicos de mestre e de doutor em domínio relacionado com a área científica das áreas de lecionação ou em Ciências da Educação por parte de docentes com contratos a termo resolutivo, relevasse para efeitos da carreira docente.

Agora que finalmente foi acolhida esta exigência da FNE, com a alteração ao Estatuto da Carreira Docente por via da entrada em vigor do Decreto-Lei nº 139-B/2023, de 29 de dezembro, que determina, no seu artigo 25º, que nos termos do nº 5 do artigo 54º, “aos docentes em exercício de funções em regime de contrato de trabalho em funções públicas a termo resolutivo aplica-se, com as necessárias adaptações, o disposto nos nºs 1,2 e 4”, a FNE entende que deve ser aplicado o Princípio da Igualdade: se os docentes em regime de contrato beneficiam da redução no tempo de serviço nos termos do artigo 54º do ECD, também os docentes que concluíram outras habilitações nos termos do mesmo artigo enquanto contratados, pese embora o seu ingresso na carreira, devem beneficiar do mesmo direito.

É ainda entendimento da FNE que aos docentes em regime de contrato a termo resolutivo, também é conferido o direito à redução no tempo de serviço legalmente exigido, para efeitos de transição do nível remuneratório, tal como determina o artigo 44º, do Decreto-Lei nº 32-A/2023, de 8 de maio, que estabelece o novo regime de concursos de pessoal docente.

E por tudo isto acima descrito, a FNE solicitou ao Ministério da Educação que sejam dadas às Escolas/Agrupamentos as orientações necessárias para que procedam à efetivação do direito à redução de 1 ano, no caso dos mestrados, e de 2 anos, no caso de doutoramentos, no tempo de serviço legalmente exigido para a progressão ao escalão seguinte (ou alteração de posicionamento remuneratório), a todos os docentes que apresentem o comprovativo da obtenção do grau e requeiram a efetivação da redução do tempo de serviço prevista nos n.ºs 1 e 2 do artigo 54.º do ECD.





## Promessas de Pedro Nuno Santos, mas de qual?

A FNE realizou e divulgou uma análise às palavras do novo Secretário-Geral do PS, no Congresso do Partido, realizado entre 5 e 7 janeiro de 2024, em que Pedro Nuno Santos afirmou pretender aumentar os salários de entrada na carreira docente, tornando, desta forma, e entre outras medidas, a profissão de professor mais atrativa. Disse também querer dar maior equilíbrio à carreira, reduzindo as diferenças entre os primeiros e os últimos escalões.

Importa perceber em qual acreditar... No ex-ministro que validou a decisão do Governo em não recuperar o tempo de serviço devido aos Professores? no candidato à liderança do PS que disse que esse tempo devia ser recuperado? no Secretário-Geral do PS eleito que no dia de posse não quis falar sobre esse assunto e entretanto já havia remetido a decisão para depois do levantamento/estudo dos custos pela UTAO? ou no candidato a Primeiro Ministro que fala em valorização da carreira docente não se referindo a um dos seus maiores problemas?



Considerando positivo o aumento do salário de entrada na carreira, importa garantir que os escalões seguintes sofram o respetivo aumento proporcional, para que não se verifique aquilo que vemos acontecer com o salário mínimo, ou seja, o salário médio é cada vez mais próximo do salário mínimo. A carreira docente e as remunerações dos docentes devem ser valorizadas no seu todo e não apenas no seu início.

Uma carreira equilibrada não é uma carreira onde a remuneração no início é mais próxima da final. Uma carreira equilibrada é aquela em que todo o tempo de trabalho é contabilizado, onde não existem constrangimentos administrativos para a progressão, onde a avaliação de desempenho é feita para melhorar práticas e não para evitar progressões, onde não se verificam ultrapassagens e onde a remuneração permite fazer face aos custos de vida com dignidade.

A carreira docente deve ser vista no seu todo e não espartilhada em medidas específicas para cada grupo/escalão.

O próximo Primeiro-Ministro, seja ele qual for, deve garantir a reposição das condições de acesso ao topo salarial da carreira docente à dos Técnicos Superiores da Administração Pública que o Governo de António Costa fez questão de terminar com a sua paridade.

A FNE ainda aguardava uma resposta ao compromisso pré-eleitoral, cuja proposta foi enviada ao PS e que contempla a questão da recuperação do tempo de serviço e matérias sobre o Pessoal de Apoio Educativo.



# Professor foi eleita Palavra do ano 2023

A palavra “Professor” arrecadou cerca de 43 mil votos, num total de 90 mil participantes, na iniciativa promovida pela Porto Editora, sendo assim eleita pelos portugueses a palavra do ano 2023.

A vitória reforça o reconhecimento da sociedade pela função do professor e é a prova cabal de que a profissão docente merece e tem que ser devidamente reconhecida e valorizada a nível político, pelos governos de Portugal.

A votação decorreu no site [www.palavradoano.pt](http://www.palavradoano.pt) e demonstra o apreço dos portugueses pelo papel relevante e indispensável que os educadores e professores desempenham na sociedade.

Além da palavra “professor”, foram candidatas à votação as palavras clima; conflito; demissão; habitação; inflação; inteligência artificial; jornada; médico; navegadoras.

O resultado desta votação relembra que os professores são o coração e o motor da Educação e a sua ação pelo respeito pelo Humanismo, Diversidade, Inclusão, Paz e Democracia, funciona como elevador social para milhões de jovens e crianças em todo o mundo.

A votação online da “Palavra do Ano” existe há 15 anos.

A palavra "Guerra" foi a palavra do ano em 2022.



MESA  
REDONDA



16 de fevereiro de 2024  
14h30 – 18h00



Sede do SPZN  
Rua Costa Cabral, 1035 - Porto

# OS FUTUROS DA EDUCAÇÃO

As propostas dos Partidos Políticos  
para a próxima Legislatura

# FNE organiza 'mesa redonda' com Partidos Políticos

A FNE marcou para 16 de fevereiro de 2024 uma Sessão Pública com partidos políticos em que serão apresentados os seus compromissos essenciais para a próxima legislatura, na área da Educação.

Com o tema “Os futuros da Educação”, a sessão decorre entre as 14h30 e as 18h00, presencialmente na sede do Sindicato dos Professores da Zona Norte (SPZN), na Rua Costa Cabral, 1035, no Porto, e online via Zoom.

Segundo a FNE "a crise política que levou à marcação de eleições legislativas para o próximo dia 10 de março, impõe que durante a campanha eleitoral, os Partidos Políticos devam apresentar as suas propostas e soluções para uma legislatura que vai enfrentar vários desafios no sistema educativo, envolvendo alunos, educadores, professores, pessoal de apoio educativo e comunidades educativas".

Esta ‘mesa redonda’ é uma oportunidade que a FNE oferece assim aos partidos para que possam apresentar e debater propostas, que permitam reverter os problemas da Educação verificados em Portugal.

Este evento contará, ainda, com a presença e participação de dirigentes e delegados sindicais dos Sindicatos da FNE.





# PCP não assinou Compromisso FNE para a Educação

A FNE reuniu com o deputado Alfredo Maia, representante do Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português (PCP), no âmbito da discussão em torno da assinatura de uma Declaração de Compromisso pré-eleitoral com a FNE.

A reunião ocorreu na tarde de 12 de janeiro de 2024 na Assembleia da República e o tema centrou-se em matérias de Educação, relativas a reivindicações de Docentes e de Pessoal de Apoio Educativo (PAE), para a próxima legislatura.

Na ocasião, a FNE manifestou junto do PCP as suas preocupações para com a questão da recuperação do tempo de serviço congelado, a que se juntaram outras matérias como a Mobilidade por Doença e os concursos, ou ainda temas relacionados com os Técnicos Superiores (Especializados) e a Transferência de Competências para as Autarquias do PAE.

Neste encontro, a FNE reforçou ainda a mensagem junto do PCP da necessidade urgente de investimento na Educação, garantindo a todos os seus profissionais uma carreira reconhecida e com salários dignos, que se constitua como fator de atratividade, de incentivo a práticas profissionais empenhadas e de elevados padrões de exigência.

Relativamente à Declaração de Compromisso pré-eleitoral enviada pela FNE, o PCP declarou identificar-se e defender os seus princípios, tanto com Docentes como com o PAE, mas considerou não ser necessário assinar qualquer compromisso relativo a assuntos de educação para a próxima legislatura.

A delegação da FNE foi composta pelos Vice-Secretários-Gerais António Jorge Pinto, Manuel Teodósio e Josefa Lopes, pela Secretária-Geral Adjunta Cristina Ferreira e pela Secretária Nacional, Maria José Rangel.

## Ilegalidade dos serviços mínimos

# Ministério da Educação multado por insistir nos recursos à justiça

A 12 de janeiro foi divulgada publicamente a reação à decisão do Tribunal da Relação de Lisboa relativa à questão da ilegalidade dos serviços mínimos decretados nas greves que aconteceram em 2023.

Num comunicado assinado pelas nove organizações sindicais em convergência podia-se ler: "O Tribunal da Relação de Lisboa decidiu, no passado dia 4 de janeiro, aplicar uma taxa sancionatória excepcional no valor de 2 UC (unidades de conta) por "persistência do recorrente numa questão que sabe ser decidida em sentido desfavorável à pretensão que deduz".

O valor da multa será pouco superior a duzentos euros, mas o importante não é o valor de uma multa que seria, na prática, paga pelos contribuintes, mas o seu valor simbólico: estamos perante a derrota total e absoluta do Ministério da Educação, que pretendia anular a declaração de ilegalidade dos serviços mínimos que foram decretados para as greves realizadas em 2023. Venceu a Democracia!".





## **SDPSul assinala 38 anos com seminário sobre Inteligência Artificial**

O Sindicato Democrático dos Professores do Sul ([SDPSul](#)) escolheu o tema “Inteligência Artificial e Educação: Desafios, riscos e oportunidades” para assinalar em grande o seu 38º aniversário. O seminário ocorre no dia 9 de fevereiro de 2024, entre as 16h30 e as 20h00, no Évora Hotel, em Évora, seguindo-se um jantar comemorativo com animação.

Os oradores convidados são o Professor Catedrático Paulo Quaresma, do Departamento de Informática e Vice-Reitor da [Universidade de Évora](#) e Marco Neves, especialista em Inteligência Artificial na Educação. A cerimónia de abertura será por conta da Presidente do SDP Sul, Josefa Lopes, e do Secretário-Geral da FNE, Pedro Barreiros.

Fundado a 31 de janeiro de 1986, o sindicato usa a sigla de SDPSul e abrange a área geográfica do Alentejo e Algarve. Tem sede em Évora e delegações em Faro, Beja e Portalegre. Após a sua criação tornou-se um dos sindicatos membros da Federação Nacional dos Sindicatos de Professores (FNSP) que, ao abranger em 1989 mais sindicatos ligados à educação, passou a designar-se Federação Nacional da Educação (FNE).

Enquanto sindicato membro da FNE, o SDPSul está sempre presente nas negociações ministeriais para defesa dos direitos e interesses dos profissionais da educação.

Atento às necessidades dos seus sócios, dedica uma parte relevante do seu trabalho à Formação Contínua de Professores, criando o seu Centro de Formação em 1993 (acreditado pelo Conselho Científico - Pedagógico da Formação Contínua), com uma larga oferta que vai ao encontro dos interesses e necessidades dos profissionais da educação.

Reeleita em agosto de 2023 como Presidente do Sindicato, Josefa Lopes garante que "vamos fazer o melhor que pudermos, como temos feito até aqui, e o resultado desse trabalho é que somos um Sindicato em grande crescimento e com uma taxa de sindicalização muito boa. Vamos continuar numa linha de trabalho no terreno, nas escolas, junto dos professores, que é uma atividade que consideramos prioritária".

Para além disso, reforça Josefa Lopes, "o nosso Sindicato, ao nível do apoio ao associado, faz um trabalho que os professores e os nossos sócios consideram de excelência, realizando um atendimento personalizado e de máxima responsabilidade. As pessoas sabem isso, reconhecem o nosso trabalho, o que justifica o nosso crescimento".





# ANIVERSÁRIO

18 JANEIRO **SDPGL**

membro **FNE**

**sdpgl.pt**

## **SDPGL: 36 anos a defender os professores e a profissão docente**

O Sindicato Democrático dos Professores da Grande Lisboa e Vale do Tejo (SDPGL) comemorou o seu 36º aniversário. Em 18 de janeiro de 1988 deu-se a sua constituição, pela iniciativa da Professora Doutora Conceição Alves Pinto, que presidiu ao sindicato por um período de 32 anos. Nesse mesmo ano, o SDPGL aderiu à então Federação Nacional dos Sindicatos dos Professores (FNSP), federação que mais tarde daria origem à atual FNE.

Em entrevista ao JORNAL FNE de maio de 2022, Conceição Alves Pinto recordou um pouco da história da criação do Sindicato: "Quando dei por mim estava a ser eleita Presidente do SDPGL, porque, de facto, foi para mim uma descoberta, sendo eu de Lisboa, a articulação entre a perspetiva educacional e as opções sindicais, que já existia na FNE, em particular no Sindicato de Professores da Zona Norte (SPZN), que foi com quem tive mais contacto na altura".

“Ora, em Lisboa”, continua Conceição Alves Pinto, “no sindicato da concorrência existia apenas a parte sindical, apesar de existirem umas iniciativas em termos de formação de professores, mas não uma articulação entre políticas reivindicativas e educativas. A FNSP/FNE oferecia essa abordagem inovadora, o que para mim foi uma grande surpresa”.

Para a fundadora do SDPGL, o entrosamento entre as reivindicações de então para a carreira e para a gestão e administração das escolas com questões de política educativa foi algo que ela não tinha visto em lado algum. Foi essa a riqueza que a FNE trouxe de um modo muito claro. A distinta professora de Física da Universidade de Lisboa recorda que o SDPGL também “bebeu daí”, porque “ao estar em Lisboa estávamos muito próximos dos processos de negociação e tivemos de nos formar muito rapidamente para enfrentar os opositores”. Nesse aspeto, “a FNE desempenhou um papel preponderante, e o SDPGL foi a face da FNE na zona da Grande Lisboa”.

Depois de, em 28 de fevereiro de 1989, ter visto os primeiros estatutos do sindicato publicados no Boletim do Trabalho e Emprego (BTE), o SDPGL já tinha traçado um caminho firme de representação dos Professores da Grande Lisboa.



E em outubro de 1992 realiza o seu II Congresso, em que constam já na sua ordem de trabalhos temas de reputada importância educativa e sindical na atualidade, tais como a **aposta na dinamização, a nova imagem do professor, a estratégia de negociação permanente ou a formação dos professores. A par do Estatuto da Carreira dos Educadores de Infância e dos Professores dos Ensinos Básico e Secundário, os Estatutos das Carreiras dos Professores do Ensino Superior e a Carreira dos professores do ensino particular.**

Destaque ainda para a adesão do SDPGL à Federação dos Sindicatos da Administração Pública (FESAP) que ocorreu em 2012.

Maria José Rangel é a atual Presidente do SDPGL, desde o XIII Congresso, de 15 de janeiro de 2022, sob a premissa “Renovar, Reforçar, Construir o futuro”. A sua liderança e a sua equipa continuam a assegurar aos seus associados a defesa das suas condições de vida e de trabalho, da sua carreira e da sua valorização profissional.

“O SDPGL”, garante a sua Presidente, “tem sido e continuará a ser o lugar seguro onde os docentes sabem que não estão sozinhos. Nele, experimentam a solidariedade na defesa de condições de um exercício profissional digno e de qualidade, na esperança de um reconhecimento profissional justo. É este o nosso compromisso para o futuro”.





# Nota Informativa da DGAE ao encontro das posições da FNE

A DGAE publicou a 12 de janeiro uma Nota Informativa sobre as alterações ao estatuto da carreira docente – Art.º 25.º do Decreto-Lei N.º 139-B/2023, de 29 de dezembro.

Nesta Nota Informativa foram atendidas as pretensões da FNE, manifestadas no ofício enviado ao Ministro da Educação a 8 de janeiro, sobre as alterações às condições de dispensa do Período Probatório, e no ofício enviado ao Ministro da Educação a 9 de janeiro, sobre as alterações introduzidas ao art.º 54.º do ECD referentes à aquisição de outras habilitações por docentes.

## **Nota informativa:**

[https://www.dgae.medu.pt/download/gestr\\_echumanos/notas-informativas-2/2023-grh/nota-informativa-alteracoes-eed.pdf](https://www.dgae.medu.pt/download/gestr_echumanos/notas-informativas-2/2023-grh/nota-informativa-alteracoes-eed.pdf)

## **Ofício sobre Período Probatório – alteração ao artigo 31.º do ECD:**

[https://fne.pt/uploads/documentos//documento\\_1704710024\\_4705.pdf](https://fne.pt/uploads/documentos//documento_1704710024_4705.pdf)

## **Ofício sobre Aquisição de outras habilitações – alteração ao artigo 54.º do ECD:**

[https://fne.pt/uploads/documentos//documento\\_1704801814\\_5734.pdf](https://fne.pt/uploads/documentos//documento_1704801814_5734.pdf)

# o 10<sup>o</sup> Era uma vez... De maio 2024



## Concurso

# "Era Uma Vez... o 1º de Maio" Tema 2024: Ser Professor com a "casa às costas"



3º ESCALÃO 2022 | 1º LUGAR - FÁTIMA MARTINS,  
AE DR. GINESTAL MACHADO - SANTARÉM

A Federação Nacional da Educação - FNE e os seus Sindicatos promovem a edição de 2024 do Concurso **"Era Uma Vez... o 1º de Maio"**, desafiando alunos, educadores e professores de todo o país a apresentar trabalhos alusivos ao Dia do Trabalhador e assumindo como tema para a edição deste ano **"Ser Professor com a casa às costas"**.

A iniciativa, que registou ao longo das suas sucessivas edições a participação de milhares de trabalhos, visa compreender e explorar, de modo criativo e artístico, o significado do 1º de Maio, reconhecer a solidariedade como valor fundamental e contribuir para o desenvolvimento da criatividade e da cidadania.

O regulamento do concurso pode ser consultado brevemente na página oficial e nas redes sociais da FNE e dos seus Sindicatos membros.

**O prazo de entrega** dos trabalhos termina no dia 10 de abril de 2024.

A **divulgação dos resultados** ocorrerá a 24 de abril de 2024 na página de internet da FNE em [www.fne.pt](http://www.fne.pt)

Os trabalhos vencedores serão expostos no dia 1 de maio de 2024, no local em que a UGT - União Geral de Trabalhadores e a FNE realizarem as comemorações do Dia do Trabalhador, de cujo programa constará a respetiva entrega de prémios e certificados de participação.

O Concurso "Era uma vez... o 1º de Maio" é um grande contributo educativo da FNE para o tratamento, nas escolas, do tema do Mundo do Trabalho, que é um dos cinco domínios da Educação para a Cidadania, com aplicação opcional em qualquer ano de escolaridade, contribuindo para as áreas de competências definidas no Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória.

A primeira edição do Concurso "Era uma vez... o 1º de Maio" da FNE ocorreu em maio de 2003.

# Regulamento do Concurso

## Objetivos

- Compreender o dia 1º de Maio como o Dia do Trabalhador;
- Desenvolver o conhecimento sobre o 1º de Maio;
- Reconhecer a solidariedade como um valor fundamental da sociedade atual;
- Contribuir para o desenvolvimento da criatividade e da cidadania.

## Modalidades de Concursos e Condições de Participação

O concurso destina-se a alunos e docentes distribuídos pelos seguintes escalões:

**1º escalão** - Educação para a Infância (Pintura e/ou colagem)

**2º escalão** - 1º e 2º Ciclos do Ensino Básico (Pintura)

**3º escalão** - 3º Ciclo do Ensino Básico e Ensino Secundário (Pintura)

**4º escalão** - Educadores e Professores (Pintura)

## Prazos

O **prazo de entrega** dos trabalhos termina no dia 10 de abril de 2024.

A **divulgação dos resultados** ocorrerá a 24 de abril de 2024 na página de internet da FNE em [www.fne.pt](http://www.fne.pt)

## Entrega de Trabalhos

Os trabalhos podem ser entregues diretamente ou enviados por correio para a sede da FNE no Porto (Rua Pereira Reis, 399, 4200-448 Porto).

(apenas serão avaliados os trabalhos recebidos até ao dia 10 de abril de 2024)

## Júri do concurso

O júri será constituído pelos seguintes elementos:

- Um(a) Representante da FNE
- Um(a) Representante da AFJET
- Um(a) Educador(a) de Infância
- Um(a) Professor(a) do 1.º Ciclo do Ensino Básico
- Um(a) Professor(a) de Educação Visual



**1º ESCALÃO 2022 | 1º LUGAR** - JI DE FIGUEIRAS, LOUSADA – SALA 1 E 2

## **Divulgação dos Trabalhos Premiados**

No dia 24 de abril de 2024 será divulgada a listagem dos trabalhos premiados, em cada um dos escalões, na página de internet da FNE em [www.fne.pt](http://www.fne.pt).

## **Exposição dos Trabalhos**

Os trabalhos premiados serão expostos no dia 1 de maio de 2024, no local em que a UGT - União Geral de Trabalhadores e a FNE realizarem as comemorações do Dia do Trabalhador, de cujo programa constará a respetiva entrega de prémios e certificados de participação.

Posteriormente os trabalhos serão divulgados nas páginas de internet e redes sociais da FNE e da AFJET.



**2º ESCALÃO 2022 | 1º LUGAR** - JARDIM ESCOLA  
JOÃO DE DEUS, BELAS - LISBOA - TURMA DO 2º ANO

## **Entrega de Prémios**

Os prémios serão entregues no local das comemorações, no dia 1 de maio de 2024.

## **Prémios**

Terão direito a prémio os três melhores classificados em cada escalão.

Os prémios a atribuir, em cada escalão, serão os seguintes:

- 1.º Prémio – Tablet\*
- 2.º Prémio – Máquina fotográfica\*
- 3.º Prémio – Livros / Jogos didáticos\*

\* Os prémios podem ser substituídos por outros de igual valor

## **Disposições Finais**

Os trabalhos ficam pertença da FNE.





## Em defesa de um pacto de regime

A Educação merece dos políticos coragem e comprometimento a longo prazo e não medidas ao sabor de egos e ideologias inconsequentes

Carlos Carvalho da Costa (\*)

A Educação em Portugal atravessa momentos conturbados e preocupantes.

É extensa a lista de problemas que afetam o Sistema Educativo e que em abundância têm merecido destaque nas páginas deste jornal. A eles não serão alheios, sublinhamo-lo, os últimos (e maus) resultados dos alunos portugueses no *Programme for International Student Assessment (PISA)* e nas provas de aferição.

São muitos e variados os motivos que levaram à atual situação. Todavia, há um aspeto que não podemos deixar passar em claro e que, aventamos, é uma fragilidade que contamina o que gravita em redor. Aludimos à falta de respostas consistentes, pensadas e assumidas à *la longue*, que permitam estar à altura das fragilidades que vão emergindo dia a dia.

É tempo, pois, de se assumirem responsabilidades pelos falhanços estruturais das políticas educativas.

Ao longo dos quase 50 anos de Democracia, lembramo-lo, a maioria dos ministros que assumiram as tutelas dos ensinos Superior e Não Superior tiveram como principal preocupação deixar a sua marca pessoal. (Em abono da verdade, esta prática narcísica foi mais evidente entre ministros de governos liderados por partidos de cor diferente.)

O que é certo é que as políticas vão sendo recicladas ao sabor do livre-arbítrio, para não referirmos arbitrariedade, sem as necessárias avaliações e correções sistemáticas. Políticas essas assentes em lugares-comuns ideológicos que pouco ou nada contribuem para a alteração do *statu quo*. Pelo contrário, apenas servem egos e egolatrias. E quantas vezes escoradas em “ismos” – sectarismos, dogmatismos, fundamentalismos, radicalismos, facciosismos –, que, transportados para o quotidiano, não se revelam bons conselheiros.

## Falta de rumo

Sendo Portugal um país parco em recursos e sendo a Educação uma área crucial para o seu progresso, não é admissível continuar na senda do desnorte e da falta de planeamento.

Importa que os partidos com assento parlamentar, especialmente os que têm liderado os sucessivos governos, encontrem uma base comum sobre o que é importante para o Ensino, a Educação, a Formação, a Ciência, a Investigação, a Inovação e o Desenvolvimento.

Este ínterim de vacância governativa é o período indicado para a reflexão e o diálogo em torno do que verdadeiramente interessa ao país nos vários sectores e, de forma particular, nas áreas que nos tocam enquanto docentes, formadores e investigadores.

Que haja coragem para alterar este persistente e mal-amanhado estado de coisas. Que tenha efeito estrutural e não se fique pelo ramerrão da conjuntura. Leia-se, com vistas largas.

## Horizonte de uma geração

Propõe-se uma nova agenda para a Educação. Ou seja, a assunção de um pacto educativo para, sejamos ousados, uma geração (dez a 15 anos). Desde logo, com o envolvimento sério e ideologicamente descomprometido dos partidos com assento parlamentar. Não se sugere um pacto social, juntando o Governo e os representantes da sociedade civil, mas o consenso entre os quem têm obrigações acrescidas nas esferas dos poderes Executivo e Legislativo. Em suma, que haja uma tomada de compromisso e não se continue a laborar no equívoco de há décadas.

(A FNE deu o pontapé de saída e, honra lhe seja, tem cumprido a sua parte. Está a ser inexecutável na apresentação aos partidos de uma Declaração de Compromisso, na sequência do roteiro para a legislatura <https://fne.pt/pt/noticias/go/atualidade-roteriro-para-a-legislatura-2022-2026>.)

É consabido que o tempo pré-eleitoral, em especial o dedicado às campanhas, leva ao recrudescer (quantas vezes hipócrita) da aproximação dos políticos aos seus concidadãos. Pois bem, este é o momento de terem a coragem de assumir um entendimento sobre o que é essencial para alunos, escolas, docentes.

Só assim a Educação se revelará um pilar fundamental para o desenvolvimento do país.

(\*)

Dirigente do SPZC e da FNE



# Faltam Professores em Portugal. E agora?

A educação está na base do desenvolvimento de qualquer sociedade. Os professores, como pilares desse sistema, têm um papel crucial na formação das gerações futuras.

Portugal enfrenta um desafio significativo com a previsão da falta de professores, sentida já hoje e que se irá acentuar a curto prazo.

Esta realidade é muito preocupante.

O envelhecimento da população docente, a aposentação de professores e a falta de novas entradas na profissão são alguns dos desafios que Portugal enfrenta. Para esta dura realidade, podemos encontrar várias causas: umas são estruturais devido à falta de planeamento a longo prazo e que se têm arrastado nas últimas décadas, outras residem na desvalorização crescente que as opções governativas têm criado na carreira docente e dessa forma não serem capazes de atrair novos alunos, para cursos de formação inicial de Professores.

O crescente envelhecimento da classe docente tem aumentado as aposentações, algumas vezes numa situação de aposentação antecipada, mesmo que resultando em cortes relevantes no seu valor final.

Em dezembro de 2023 registaram-se cerca de 40 mil alunos sem professores. Segundo estudos prospetivos, prevê-se que no próximo ano letivo cerca de 110 mil alunos possam ter falta de professores, pelo menos numa disciplina. Nos anos seguintes, na melhor expectativa, as projeções apontam que este problema possa atingir mais de 250 mil alunos.

As mudanças que foram introduzidas, tanto nas alterações aos concursos de professores como no “famoso” acelerador da carreira, traduziram-se em muito pouco ou nada significativas e com efeito a curto prazo. Será notório que o denominado acelerador de carreiras irá introduzir mecanismos que vão baralhar, mais ainda, as carreiras dos professores e aumentar as distorções em resultado de um modelo de avaliação de desempenho docente (ADD) assente em quotas limitativas.

A FNE tem sido uma voz ativa na defesa dos direitos dos professores e na promoção da qualidade da educação. A FNE reconhece a gravidade da falta de professores e tem apelado a medidas concretas para resolver este problema. Entre as suas propostas estão a melhoria das condições de trabalho dos professores, a valorização da profissão docente e a criação de incentivos para atrair mais jovens para a carreira docente.

Novembro de 2024 veio trazer uma alteração radical a todos os processos negociais, com a demissão do Primeiro Ministro e marcação de eleições antecipadas para 10 de março de 2024.

E agora?

Agora, o papel determinante dos sindicatos da FNE será ainda mais importante, no condicionar dos programas eleitorais dos diversos partidos que se apresentarão a eleições.

O roteiro para a legislatura que a FNE apresentará será, mais uma vez, um marco importante para pressionar os diversos partidos e com a apresentação de um compromisso claro em que assumem, por escrito, a recuperação do tempo de serviço.

Em 2024 os Portugueses e os professores voltam a ter, nas suas mãos, o poder maior em democracia, o VOTO.

Para tal, todos devem ler e analisar atentamente os programas eleitorais e exercerem o direito de voto esclarecido, no ano em que se assinalam os 50 anos do 25 de abril e os 50 anos do nascimento de muitos movimentos sindicais.

Janeiro de 2024  
Joaquim Messias  
Secretário Nacional da FNE  
Vice-Presidente do SPZC



## Notículas dispersas sobre “Educação”

Recordo, das poucas leituras que fui fazendo ao longo da vida, uma passagem de um texto de Miguel de Unamuno onde ele confessava que não gostava de fazer citações porque quando lia algo com o qual concordava tornava esses pensamentos também dele. Não vou tão longe, mas vou expressar algumas ideias que, não sendo só minhas, as tomei já como minhas, não deixando de enunciar, sempre que oportuno, a sua paternidade. Tudo isto a propósito do dia Internacional da Educação de 2024, efeméride que a FNE/AFIET honrou com uma conferência com que brindou toda a comunidade educativa, e não só.

Fiquei com uma sensação agridoce, “doce” pelas tão profundas reflexões partilhadas e “agre” pela ausência de tantos outros problemas, como evidentemente acontece sempre em tais circunstâncias.

A FNE/AFIET tem sido sempre a impulsionadora de reflexões profundas sobre os problemas da educação em Portugal e tem estado sempre embrenhada na procura das suas soluções, e tomo aqui o conceito “Educação” quer em sentido estrito, quer em sentido lato.

É chegado, na nossa modesta perspectiva, o momento de revisitar algumas das temáticas que afetam especificamente todos os profissionais da educação.

É consabido por todos, e isso ficou evidente na Conferência da efeméride supra-mencionada, que estamos social e cientificamente numa encruzilhada e um porvir de tamanha incerteza como o nunca foi até aqui qualquer dos nossos imediatos futuros já passados, dificultando, e muito, a especulação séria no seu impacto e impacte na área da educação. Refiro, nomeadamente, o caminho incerto do papel da IA, da nova geração da robotização, da pseudo-humanização das máquinas (para o bem e para o mal), nas guerras e do que delas vai resultar relativamente ao futuro desenho geopolítico mundial, etc, ou, noutros termos, o mundo 4.0 e para muitos outros já o mundo 5.0.

Bem podemos trocar opiniões sobre projeções, ideologias e demais que tais, que nada impedirá a afirmação de que nada está na mesma, nem nada vai ficar na mesma, paradigmaticamente falando.

Mas uma questão de momento e do momento em sentido estrito, entre tantas outras, que urge retomar, prende-se com o papel do “docente”, que não é, etimologica e materialmente, a mesma coisa que professor, educador, tutor ou mestre, entre outras categorizações que ao “docente” foram sendo, não ingenuamente, atribuídas; aliás é necessário recordar que temos o “Estatuto dos Educadores de Infância e Professores dos Ensinos Básico e Secundário” dizendo também o respectivo diploma legal que pode ser tomado por “abreviadamente Estatuto da Carreira Docente” e temos ainda o “Estatuto da Carreira Docente Universitária” e o “Estatuto da Carreira do Pessoal Docente do Ensino Superior Politécnico”, além aguardarmos e pugnarmos por um “Estatuto da Carreira do Pessoal de Apoio Educativo”.

Conceptualizações tais que, ou estamos perante fraca congruência racional (ou não!), ou então perante forte pendor ideológico no momento da sua elaboração, fica ao critério... mas também não será muito abonatório pensar que nem uma coisa, nem outra e que é assim porque calhou. Seja como for, do modo como está, não vislumbro que entre todos haja coerência sistemática.

Chegados aqui, com tanto relambório (como muito se diz por aí, a quem falta, na melhor das hipóteses, séria argumentação) importa chamar a atenção de que, provavelmente, no mundo da educação o “Rei vai nú”. Tal nudez pode ser benéfica, desde que a nudez se deva ao facto do pretense “Rei” se estar a despojar de roupagens ideológicas caducas, roupagens pedagógico-didáticas ou didático-pedagógicas ultrapassadas, neste caso e por respeito aos puristas é indiferente a ordem entre pedagogia e didáctica, bem como o acelerado passo em que o pretense “Rei” se encontra a meio da passagem de um mundo “velho”, que já estertora, para um mundo “novo” que ainda é lactante, o que para o mundo da educação não é despicienda tal lactância.

Os fundamentos sócio-ideológicos da criação da escola pública, tal como a conhecemos, estarão na sua essência ultrapassados. Bourdieu, entre muitos outros, já disse quase tudo há cinquenta anos ao desmistificar o useiro e vezeiro jargão de que “a escola é um meio de ascensor social”, não, não é, insistir nesta tecla é pura ideologia político-partidária. Mas seja lá como for a “escola pública” (ou outra) é “sempre” local de “endoutrinamento” (sociologicamente falando) quer se queira, quer não.

Interrogo-me constantemente se é chegado o momento, ou ainda não, de redefinir profundamente as questões que têm orientado a escola e a educação em Portugal - nomeadamente as que se orientam em procurar potenciar o indivíduo na e para a sociedade, orientando-o num “para quê” até hoje sempre muito, muito ideologizado. Não se coloca aqui em causa tal legitimidade, coloca-se aqui apenas a questão da sua “hodiernidade” numa democracia consolidada e num país que sabe o que quer de si e, já agora, o que quer dos outros países com quem partilha interesses, pois o mundo mudou muito desde a elaboração da Lei de Bases do Sistema Educativo.

As interrogações são mais que muitas e as respostas também o serão.

Por isso, à política cabe decidir os destinos da sociedade em geral, preferencial e obviamente através de regimes democráticos pluralistas e progressistas (o que já é, da minha parte, assumir uma posição ideológica que sei bem não ser por todos partilhada). Mas nas decisões políticas, em democracias pluralistas e progressistas consolidadas, os sindicatos têm um papel insubstituível.

Sindicatos! Questionarão muitos. Sim, sindicatos.

Os sindicatos têm um papel que a todos muito beneficiaria se fosse revisitado, e bem estudado, quer por políticos, quer mesmo por sindicalistas, lembrando sempre que os países socialmente mais justos e mais desenvolvidos são os que têm um movimento sindical fortemente representativo e interventivo. É, também, este apelo à sua intervenção que deve ser reavaliado e repensado. Os sindicalistas são, e devem ser, atores de mudança e não se deixarem ser remetidos ao papel de meros figurantes no plateau dessa mudança, aparecendo como agitadores de bandeiras e a surgirem em fotos de circunstância.

A FNE quer, e deve assegurar, com qualquer que seja o governo que sair das próximas eleições, o seu papel responsável e interventivo na mudança que urge efetuar, não só na educação em sentido lato, mas, e principalmente, na educação em sentido estrito, nomeadamente nas necessárias revisões de todos, mas todos, os dossiês relacionados com “docentes” e os trabalhadores de apoio educativo.

Temos problemas que necessitam de respostas urgentes hoje, independentemente do que seja o “docente de amanhã”, esse é outro assunto a colocar em cima da mesa de mais profunda reflexão.

Mas estejamos atentos, e não esqueçamos que quando há decisões a tomar “Quem não estiver sentado à mesa é porque faz ou quer fazer parte da ementa”. Por isso, a FNE sempre, mas sempre, privilegiou estar sentada à “mesa de e das negociações” como herdeira do sindicalismo de propositura e de defesa dos reais interesses daqueles que já hoje representa e que, seguramente, muitos outros futuramente, continuará a representar.

Estou convicto, e os factos corroboram, de que um dos debates mais prementes é o da necessidade urgente de docentes e educadores, e com tal debate surgirá o das competências necessárias para o exercício do múnus profissional que lhe estará associado. E tal debate, para ser sério, não poderá ser estabelecido sem o envolvimento dos seus protagonistas. Urge, portanto, estarmos preparados para um regresso sindical às bases e as bases estarem preparadas para regressar às bases da sua profissionalidade e darmos todos, seriamente, resposta à pergunta: “o que é essencial no exercício da minha profissão para que a exerça com elevado grau de excelência? É nisto que todos teremos que nos envolver para honrarmos o presente e prepararmos o futuro do Portugal moderno que se quer.

José Manuel Cordeiro  
Vice-Secretário Geral da FNE



# A Avaliação de Desempenho na Administração Pública para o Ano 2025

O Sistema Integrado de Avaliação de Desempenho na Administração Pública Portuguesa, designado como SIADAP, veio sofrer alterações significativas através do Decreto-Lei 12/2004 de 10 de Janeiro, alterações que finalmente vieram dar ouvidos a muitas reclamações dos trabalhadores públicos, mas que ainda souberam a pouco.

O que pretendeu o governo de Portugal com a entrada em vigor do novo sistema de avaliação dos trabalhadores da administração pública, no ano de 2004 ao revogar o diploma da classificação de serviço, com a Lei 10/2004, fundamentando querer criar um modelo credível de avaliação e, em simultâneo, introduzir uma nova cultura de gestão pública.

Conseguiu atingir estes dois objetivos com o SIADAP?

Temos a certeza que não o conseguiu, tanto na perspetiva dos avaliadores como na perspetiva dos avaliados.

O que conseguiram os governantes com o SIADAP?

Vantagens económicas, com a alteração da política salarial dos Trabalhadores da Administração Pública, ao ter alterado com a Lei 12-A/2008 a Lei de Vínculos e Carreiras e Retribuição, conjugada com o SIADAP, onde a progressão remuneratória que se efetuava com a classificação de Bom, com a passagem de quatro anos para as carreiras horizontais e de três anos para as carreiras verticais, que passou a ser genericamente para 75% dos trabalhadores da administração pública, de 10 em 10 anos, ao alcançar 10 pontos, nos termos SIADAP e da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, pela aplicação das quotas previstas no artigo 75.º do SIADAP, criadas para a concretização da diferenciação de desempenhos.

Brevemente iremos fazer uma abordagem mais profunda das alterações que o DL 12/2004 introduziu no SIADAP, mas queremos alertar os nossos leitores que vantagens imediatas advirão da entrada em vigor destas alterações ao SIADAP, alcançadas através da negociação coletiva dos STAAE's integrados na FESAP.

Destacamos a publicação do DL 75/2023 de 29 de Agosto, diploma que veio estabelecer uma medida especial de aceleração do desenvolvimento das carreiras dos trabalhadores com vínculo de emprego público, que vem permitir aos trabalhadores que no ano 2024 ou seguintes, que acumularam seis ou mais pontos nas avaliações de desempenho relativas às funções exercidas, e que detenham 18 ou mais anos de exercício das funções integradas em carreiras, relevando os pontos em excesso dos seis pontos para futura avaliação.

Outra alteração relevante no SIADAP, para além da avaliação passar a ser anual, foi adotada uma nova avaliação final expressa nas seguintes menções:

Muito Bom; Bom; Regular e Inadequado

A diferenciação do desempenho também sofreu alterações nas suas percentagens, 30% para as avaliações de desempenho Muito Bom e, de entre estas, 10% do total de trabalhadores para reconhecimento de Desempenho Excelente.

As avaliações de desempenho de Bom passarão a abranger 30% dos trabalhadores.

Por último destacamos a alteração obrigatória para a posição remuneratória imediatamente seguinte àquela em que o trabalhador se encontra, quando o trabalhador tenha acumulado 8 pontos.

Eis algumas das medidas alcançadas em sede de negociação coletiva dos STAAE's integrados na FESAP, no âmbito da melhoria das condições de trabalho e remunerações de Trabalhadores da Administração Pública, facto que nos leva a continuar a apostar sempre na negociação, que para além dos diplomas que aqui referimos não nos devemos esquecer do acordo plurianual já celebrado para aumentos salariais e valorização remuneratória pela antiguidade.

João Gois Ramalho  
Presidente do STAAE Zona Centro



# Perspetivas da Educação Digital da OCDE

A OCDE publicou em 14 de dezembro de 2023 as suas “Perspetivas da Educação Digital 2023” (Digital Outlook 2023), com o subtítulo “Em direção a um ecossistema digital na educação”.

O Grupo de Trabalho em Educação e Competências do TUAC (Comité Consultivo Sindical da OCDE) saudou a publicação do documento, mas sublinhou que poderia ter sido dada mais atenção à necessidade de a OCDE trabalhar em conjunto com os sindicatos da educação na definição da implementação e governação das ferramentas digitais.

No mesmo sentido, o TUAC incentiva a OCDE a dar um maior reconhecimento ao diálogo social e à negociação coletiva em trabalhos futuros sobre a digitalização no setor da educação.

As Perspetivas da Educação Digital tiram grande partido das potenciais oportunidades oferecidas pelas tecnologias

digitais (sobre as quais existem atualmente muito poucas provas), mas também identificam alguns riscos fundamentais a ter em conta.

Entre esses, o aumento das desigualdades e das clivagens digitais entre os alunos. Uma conectividade fiável, uma ligação à Internet de alta qualidade e o acesso a ferramentas digitais são essenciais para que os jovens beneficiem das ferramentas digitais na educação.

No entanto, os dados da OCDE mostram que este continua a ser um desafio para a maioria dos países da OCDE, tal como as desigualdades nas competências digitais dos professores dentro dos seus próprios países.

O relatório TALIS 2018 da OCDE dava conta que apenas 56% dos professores do 3º ciclo inferior tinham recebido qualquer formação prévia na utilização das TIC para o ensino.

Apesar de ter sido demonstrado que a tomada de decisões algorítmicas tem o potencial de ser tendenciosa noutros setores (como os setores das finanças e da justiça), a OCDE considera que atualmente não existe regulamentação ou orientações relativas à utilização de algoritmos ou decisões automatizadas na educação.

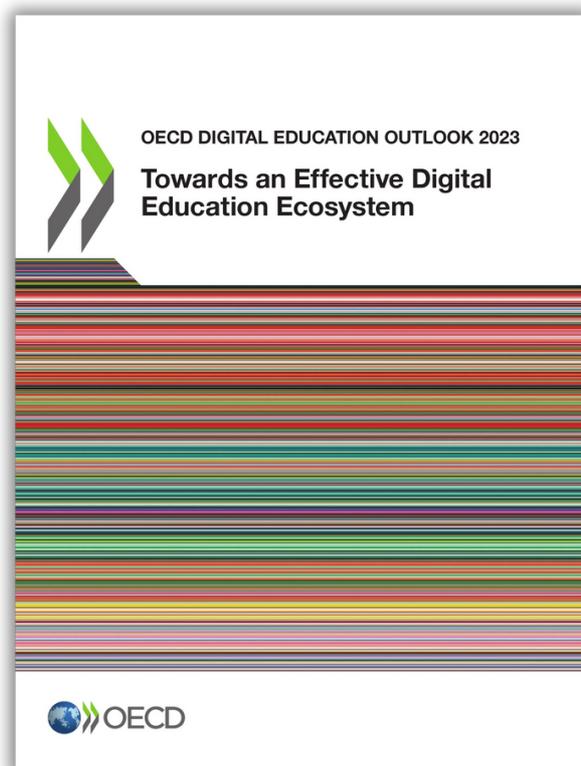
A utilização de ferramentas digitais na educação aumentou a quantidade de dados recolhidos de professores e alunos. Os fornecedores privados de tecnologia e de serviços estão também a recolher e a gerir quantidades crescentes de informação em nome das escolas.

O desempenho das ferramentas digitais não é perfeito e estas podem cometer erros nos conselhos ou recomendações que fornecem aos alunos, aos professores e aos pais. A investigação mostra que um número significativo de sistemas de alerta precoce - que são utilizados para prever os alunos em risco de abandono escolar - se baseiam em indicadores que não são melhores do que um palpite aleatório. As consequências dos erros podem ser graves para o aluno. A OCDE sublinha a importância de compreender as limitações das ferramentas digitais.

As perspetivas indicam que as tecnologias digitais na educação não são "nem uma panaceia nem um veneno", mas sim uma ferramenta que pode ajudar a promover os objetivos educativos. Para que a tecnologia sirva este objetivo, é necessária regulamentação (para atenuar os riscos potenciais) e medidas para dotar os professores das competências necessárias.

O relatório também salienta a importância da colaboração entre as várias partes interessadas na co-criação de ferramentas de aprendizagem digital.

“Para que a digitalização na educação beneficie todos os alunos e melhore a equidade, os trabalhadores da educação e os sindicatos devem ter uma palavra a dizer no seu desenvolvimento e implementação através do diálogo social”, salientou Veronica Nilsson, Secretária-Geral do TUAC. Por sua vez, para Larry Flanagan, Presidente do Grupo de Trabalho em Educação e Competências, “apoiar e capacitar os professores é vital para colher os benefícios das ferramentas digitais na educação. A centralidade dos professores deve ser reconhecida, respeitada e promovida ao longo da transição digital”.



# The Global Risks Report 2024

## 19th Edition

INSIGHT REPORT

# Desinformação está no topo dos riscos globais 2024

A desinformação e os eventos climáticos extremos são os maiores riscos globais no prazo de dois anos, enquanto os fenómenos climáticos extremos e as alterações críticas nos sistemas terrestres constituem as duas principais preocupações a um prazo a dez anos.

A classificação está patente no Relatório dos Riscos Globais 2024 do Fórum Económico Mundial (FEM) e é um aviso preocupante para os sistemas de educação e formação a nível mundial. O relatório foi publicado em 10 de janeiro de 2024 e baseia-se na opinião de mais de 1.400 especialistas em riscos globais, decisores políticos e líderes da indústria, inquiridos em setembro de 2023.

Nos cinco primeiros lugares do top de riscos globais a dois anos encontram-se a Desinformação, os Eventos Climáticos Extremos, a polarização Social, a Insegurança Cibernética e os Conflitos Armados. Na perspetiva a dez anos, os quatro primeiros riscos são de natureza ambiental, seguindo-se Desinformação e os Resultados Adversos das Tecnologias de Inteligência Artificial. Os quatro riscos ambientais dizem respeito a Eventos Climáticos Extremos, à Alteração Crítica dos Sistemas Terrestres, à Perda de Biodiversidade e colapso do Ecossistema e à Escassez de Recursos Naturais.



A poluição ocupa o décimo lugar do Top de Riscos Globais, tanto a curto prazo com no prazo a dez anos. E dois terços dos especialistas mundiais preveem a formação de uma ordem multipolar ou fragmentada na próxima década. O relatório do FEM alerta para o facto de a cooperação em matérias globais urgentes poder vir a ser escassa, exigindo novas abordagens e soluções.

Num contexto de mudanças sistémicas na dinâmica do poder global, no clima, na tecnologia e na demografia, os riscos globais estão na verdade a levar ao limite a capacidade de adaptação do mundo. Neste cenário, os progressos no desenvolvimento humano estão a ser lentamente reduzidos, deixando os Estados e os indivíduos vulneráveis a riscos novos e ressurgentes.



## A importância da Educação

“Uma ordem global instável caracterizada por narrativas polarizadoras e insegurança, o agravamento do impacto dos fenómenos climáticos extremos e a incerteza económica estão a causar a propagação de riscos acelerados, incluindo a desinformação e a informação falsa”, afirma Saadia Zahidi, do FEM. “Os líderes mundiais devem unir-se para responder às crises de curto prazo, bem como lançar as bases para um futuro mais resiliente, sustentável e inclusivo”.

As preocupações com uma crise persistente do custo de vida e os riscos interligados de desinformação e informação falsa impulsionados pela IA, bem como a polarização social, dominam as perspetivas de riscos para 2024.

A relação entre a informação falsa e a agitação social ocupará uma posição central nas eleições em várias economias importantes, previstas para os próximos dois anos.

Os riscos ambientais continuam a dominar o panorama de riscos em todos os horizontes temporais. Dois terços dos especialistas mundiais estão preocupados com eventos climáticos extremos em 2024. As condições climáticas extremas, as alterações críticas dos sistemas terrestres, a perda de biodiversidade e o colapso dos ecossistemas, a escassez de recursos naturais e a poluição representam cinco dos dez riscos mais graves que se preveem enfrentar na próxima década.



# Resposta aos riscos

O relatório apela aos líderes que repensem a ação para enfrentar os riscos globais. E aborda outros tipos de ação, como o reforço da resiliência individual e estatal através de campanhas de literacia digital sobre desinformação e informação falsa, ou a promoção de uma maior investigação e desenvolvimento de modelos e tecnologias climáticas com potencial para acelerar a transição energética, com a contribuição dos setores público e privado.

Os sistemas educativos, os educadores e professores, as escolas e as ações individuais dos cidadãos podem diminuir os efeitos dos riscos globais, contribuindo para um mundo mais brilhante, inclusivo e mais seguro.

## Relatório:

[https://www3.weforum.org/docs/WEF\\_The\\_Global\\_Risks\\_Report\\_2024.pdf](https://www3.weforum.org/docs/WEF_The_Global_Risks_Report_2024.pdf)

Global Risks Report 2024

## Top 10 de Riscos



"Por favor, faça uma estimativa do impacto (severidade) provável dos seguintes riscos em um período de 2 e 10 anos."

### 2 anos



### 10 anos



Categorias dos Riscos

Econômicos | Ambientais | Geopolíticos | Sociais | Tecnológicos

Fonte: Global Risks Perception Survey 2023-2024, Fórum Económico Mundial.



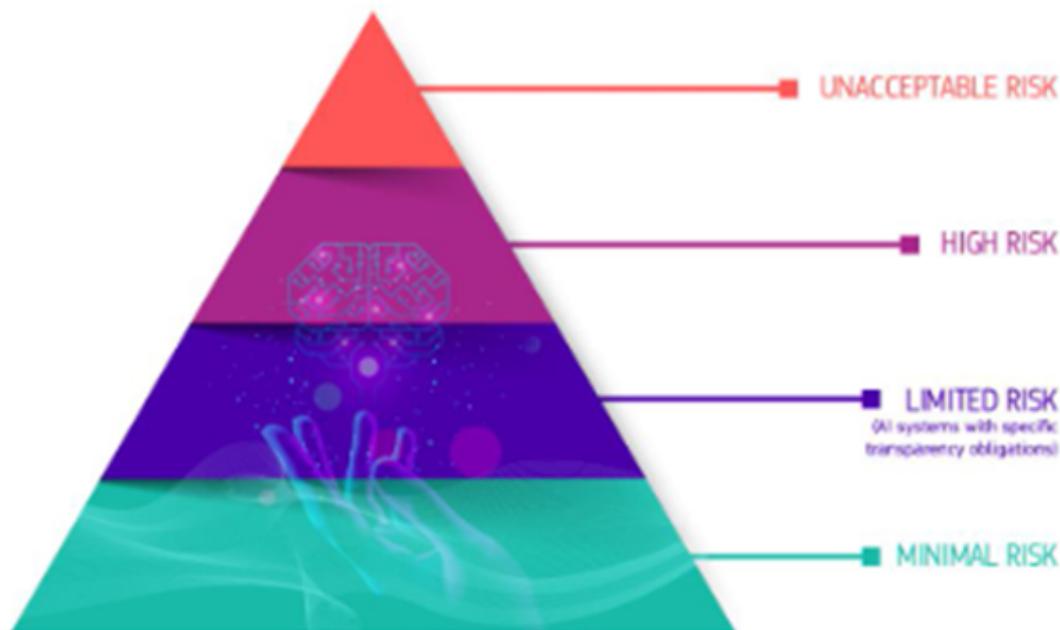
# Os quatro níveis de risco da Inteligência Artificial

A Comissão Europeia (CE) congratula-se com o acordo político alcançado no final do ano entre o Parlamento e o Conselho Europeu sobre o Regulamento Inteligência Artificial (RIA), que havia proposto em abril de 2021.

A Educação e Formação são um dos setores onde se prevê uma grande influência da Inteligência Artificial. E um dos temas mais relevantes da atualidade centra-se precisamente na questão da necessidade da sua regulamentação.

O acordo constitui o primeiro quadro jurídico abrangente relativo à IA em todo o mundo. “Trata-se de um momento histórico”, afirmou a presidente da CE, Ursula von der Leyen. “O RIA transporta os valores europeus para uma nova era. Ao centrar a regulamentação nos riscos identificáveis, o acordo promoverá a inovação responsável na Europa e contribuirá de forma considerável para o desenvolvimento de regras e princípios globais com vista a uma IA antropocêntrica”.

As novas regras serão aplicadas diretamente e da mesma forma em todos os Estados-Membros (EM), de acordo com uma abordagem baseada em quatro níveis de riscos:



De cima para baixo: riscos inaceitáveis, elevados, limitados e mínimos

**Fonte:** Comissão Europeia

**Risco inaceitável:** serão proibidos os sistemas de inteligência artificial considerados uma clara ameaça à segurança, aos meios de subsistência e aos direitos das pessoas.

**Risco elevado:** a tecnologia de IA utilizada em infraestruturas críticas, na gestão da migração, do asilo e do controlo das fronteiras, no crédito bancário ou na educação ou formação profissional. Neste último caso, que possa determinar o acesso à educação e a evolução profissional de uma pessoa (por exemplo, na classificação de exames). Estes sistemas de risco elevado deverão cumprir rigorosos requisitos, no respeitante ao controlo humano e a um elevado nível de robustez, precisão e cibersegurança.

**Risco limitado:** sempre que utilizarem sistemas de IA, como robôs de conversação, os utilizadores deverão estar cientes de que estão a interagir com uma máquina, para poderem tomar a decisão informada de prosseguir ou não.

**Risco mínimo:** a proposta legislativa permite a livre utilização de aplicações como jogos de vídeo ou filtros de spam baseados em IA. A grande maioria dos sistemas de inteligência artificial insere-se nesta categoria. As aplicações de risco mínimo estarão isentas de quaisquer obrigações. Ainda assim, as empresas podem, a título voluntário, comprometer-se a adotar códigos de conduta adicionais para esses sistemas de IA.

## A nova geração de máquinas

A definição de «máquina» abrange uma vasta gama de produtos de uso pessoal e profissional, desde robôs a máquinas de cortar relva, impressoras 3D, equipamentos de construção e linhas de produção industrial. A Diretiva Máquinas substituída pelo novo Regulamento Máquinas (RM) definiu requisitos de saúde e segurança para estes produtos.

Este novo RM assegurará que a nova geração de máquinas garante a segurança dos utilizadores e consumidores e incentiva a inovação. Enquanto o RIA abordará os riscos de segurança dos sistemas de inteligência artificial, o novo RM assegurará a integração segura de um sistema de IA em toda a máquina. As empresas apenas terão de realizar uma única avaliação da conformidade.

O Parlamento Europeu e os EM terão de adotar, no âmbito do processo legislativo ordinário, as propostas da Comissão relativas a uma abordagem europeia à inteligência artificial e às máquinas. Uma vez adotados, os regulamentos serão diretamente aplicáveis em toda a UE.



As empresas que não cumpram as regras serão **multadas**. As coimas poderão cifrar-se em 35 milhões de EUR ou 7 % do volume de negócios anual mundial (consoante o que for mais elevado) por infrações relacionadas com aplicações de IA proibidas, 15 milhões de EUR ou 3 % por incumprimento de outras obrigações e 7,5 milhões de EUR ou 1,5 % por fornecimento de informações incorretas.

Estão previstos **limites máximos mais proporcionais** para coimas para as PME e as empresas em fase de arranque em caso de infração ao RIA.

Congratulo-me com este acordo histórico. A UE torna-se o primeiro continente a estabelecer regras claras para a utilização da IA. O Regulamento Inteligência Artificial é muito mais do que um conjunto de regras — é uma plataforma de lançamento que permite às empresas em fase de arranque e aos investigadores da UE liderar a corrida mundial para uma IA de confiança. Este regulamento não é um fim em si mesmo; é o início de uma nova era para o desenvolvimento responsável e inovador da IA, que fomenta o crescimento e a inovação na Europa.

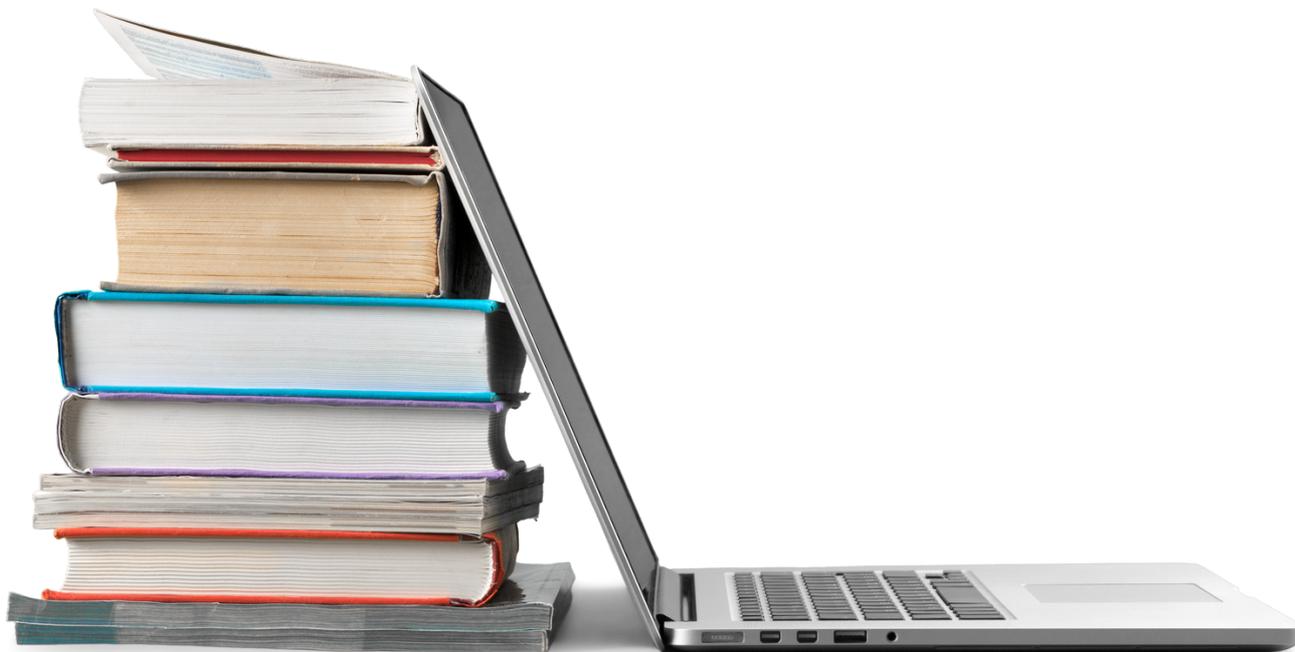
**Thierry Breton**, Comissário para o Mercado Interno – dezembro de 2023





**Belgian Presidency of the Council  
of the European Union**

*First half of 2024*



# Presidência Belga atenta aos temas da educação

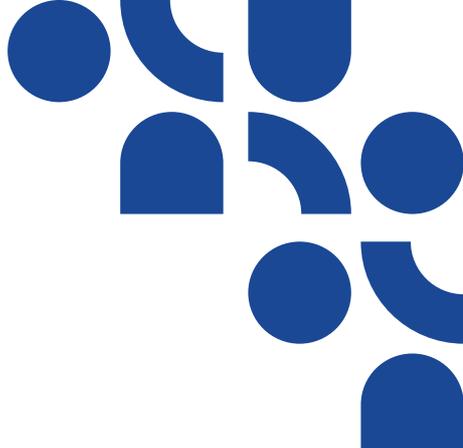
No que respeita à Educação, a Presidência Belga do Conselho da União Europeia, a ocorrer entre 1 de janeiro e 30 de junho de 2024, estabeleceu quatro prioridades: Mobilidade, Educação Digital, Políticas baseadas em Factos e Promoção da Aprendizagem ao Longo da Vida. A Presidência é importante devido ao seu calendário, tendo em vista as eleições europeias de junho próximo.

O primeiro objetivo é o de facilitar a **mobilidade** dos estudantes e dos educadores em toda a Europa e lançar o debate sobre o futuro pacote do ensino superior.

Devem ser envidados mais esforços para eliminar os atuais obstáculos e barreiras a todos os tipos de mobilidade de aprendizagem e ensino, incluindo questões relacionadas com o acesso, orientação, serviços aos estudantes e reconhecimento.

A este respeito, a Presidência Belga trabalhará na adoção de uma recomendação do Conselho destinada a atualizar o atual quadro da UE em matéria de mobilidade para fins de aprendizagem. Esta recomendação promoverá a mobilidade na aprendizagem como uma oportunidade para os alunos e profissionais da educação em todos os setores e em todos os níveis da aprendizagem formal, não formal e informal.

A **educação digital** será o tema de uma mesa redonda fechada sobre políticas europeias, a realizar na cidade de Ghent. O debate centrar-se-á na aplicação das duas recomendações do Conselho recentemente adotadas, que abordam a melhoria das competências digitais e os principais fatores que permitem o sucesso da educação e formação digitais. Além disso, a privacidade no mundo digital e as tecnologias inovadoras, com especial destaque para a Realidade Estendida, serão também alguns dos temas centrais deste evento.



O trabalho da Presidência Belga também está relacionado com o tema da **aprendizagem ao longo da vida**, incluindo matérias como: a validação da aprendizagem anterior, acreditação e percursos flexíveis (ou seja, micro-credenciais). Durante uma conferência sobre educação baseada em dados concretos, será destacado o papel relevante da investigação no domínio da educação e a utilização de **dados e evidências concretos** nos processos de tomada de decisão.

A Presidência Belga irá rever e aperfeiçoar as estratégias para a juventude, incluindo uma resolução do Conselho sobre a política de animação de juventude. No domínio da cultura, estimulará a transformação digital dos setores culturais e reforçará a liberdade e o pluralismo dos meios de comunicação social.

A **literacia digital e mediática** serão destacadas durante uma conferência aberta sobre "A Literacia dos Media Importa", centrada na apresentação e no intercâmbio de iniciativas, ferramentas, projetos e práticas sobre o tema.

Esta conferência decorre entre 17 de fevereiro e 1 de março, em Bruxelas e vai destacar o papel dos influenciadores. As três matérias principais são "Da Desinformação à confiança Crítica", "Das escolas e das crianças à Literacia Digital e dos Media para todos" e "O Futuro da Literacia Digital e dos Media".

Este evento visa colocar as muitas faces da literacia digital e mediática no centro das atenções europeias e tem como foco a apresentação e o intercâmbio de ações, ferramentas, projetos e práticas, que podem ser integradas no seu próprio trabalho ou nas políticas educativas.

No domínio do desporto, a Presidência Belga adotará o plano de trabalho da UE para 2024-2027 e debaterá o papel do desporto não organizado e da atividade física livre, no âmbito de um modelo desportivo europeu.

O programa da Presidência belga também está comprometido com o tema horizontal das carreiras docentes, incluindo a falta de professores, um desafio educativo estendido a toda a EU.

- [Programa da Presidência Belga](#)



## Comitativa da FNE esteve presente na comemoração do 32º aniversário do SINPRESTEP

A FNE participou nas comemorações do 32º aniversário do SINPRESTEP/ São Tomé e Príncipe que decorreram no período de 10 a 17 de janeiro de 2024. Esta participação teve como objetivo, ajudar aqueles que fazem a educação acontecer no seu dia a dia, a estarem mais capacitados e mais informados. Para tal a FNE levou a efeito uma ação de formação sobre a profissionalidade docente, nomeadamente virada para aquilo que são os desafios que se colocam hoje aos professores.

**A ação de formação sobre a profissionalidade docente, foi levada a efeito durante os dias 11 e 12 de janeiro e teve como principais temas:**

- Formação inicial e contínua;
- Desempenho profissional;
- Níveis e setores de ensino;
- Preocupações “atores” sociais.



**A agenda de ação da comitiva da FNE a São Tomé e Príncipe, tinha ainda estabelecido visita a escolas.**

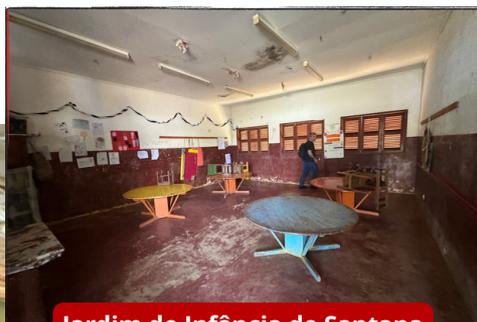
**Visitámos:**

- Escola Básica São João - 5º e 6º anos
- Jardim de Infância de Santana
- Escola Primária de Monte Café

Nestas visitas, contactámos com a realidade da esmagadora maioria das escolas de São Tomé. Tivemos a oportunidade de ver o lado mais triste e desolador, ficando com a sensação que seria necessário tão pouco para melhorar a vida e condições de aprendizagem destas crianças. Desde as condições físicas das salas de aulas, falta de equipamentos (secretárias, cadeiras, manuais, lápis, etc.) passando pelas refeições. Tudo é desolador, pois, como se colocam 40 crianças de idade pré-escolar em 12m<sup>2</sup>? Como se pode exigir que as crianças aprendam quando têm de dividir uma secretária de 2 lugares, por cinco crianças? Como se pode ensinar quando falta a luz e não existe luz natural? ... como? como? Como?



**Escola Básica São João**

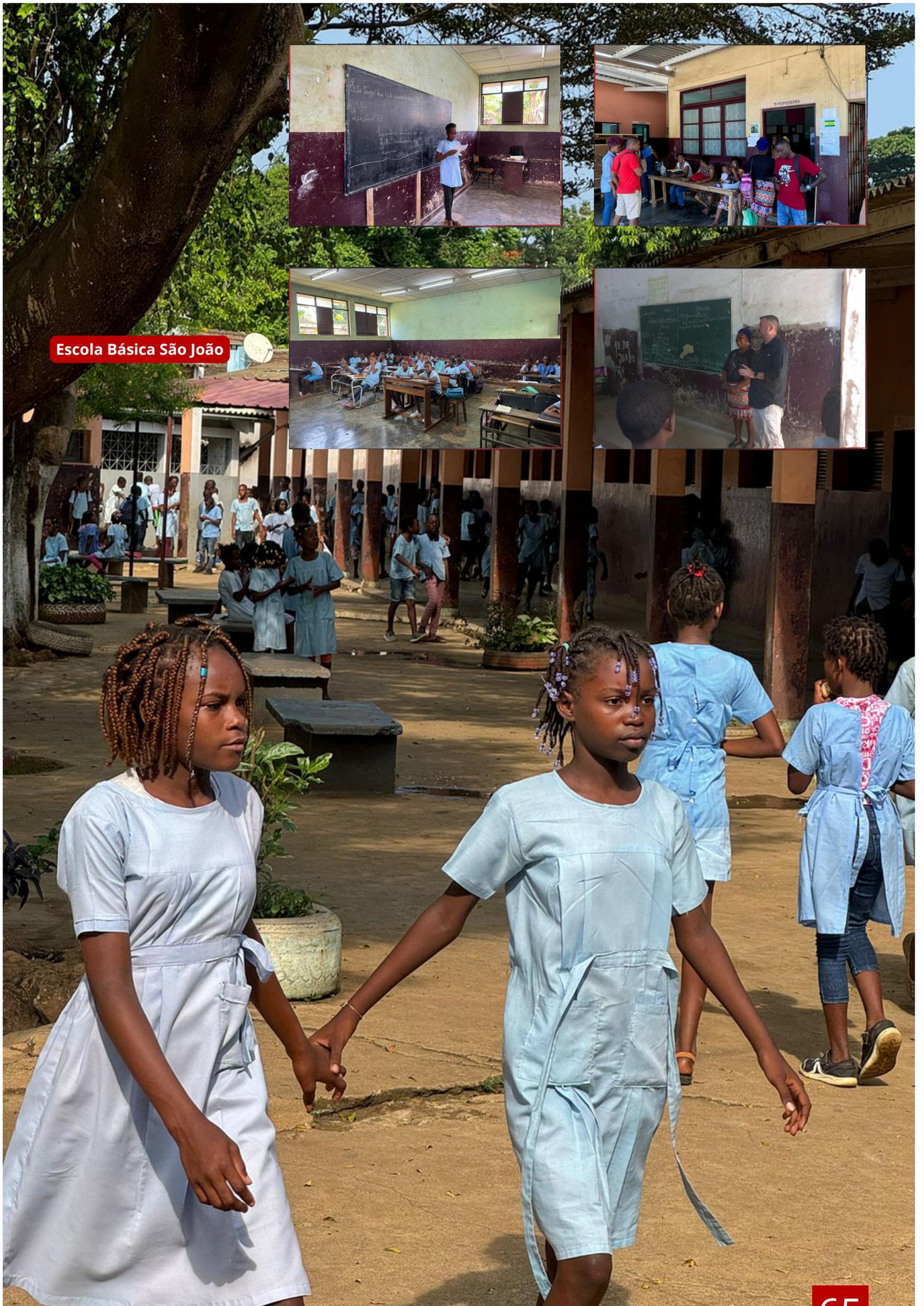


**Jardim de Infância de Santana**



**Escola Primária de Monte Café**





Escola Básica São João



**Ação de Formação**



**Reunião com a Ministra da Educação**



No dia 12 de janeiro fomos recebidos pela Senhora Ministra da Educação de São Tomé e Príncipe, onde o Secretário-Geral da FNE abordou a questão da formação inicial de professores, reforçou a necessidade da realização de formação contínua de professores para o melhoramento das suas capacitações, deixando em aberto a possibilidade de uma parceria entre AFIET e o Ministério da Educação de São Tomé.

*"A educação é um processo social, é desenvolvimento. Não é a preparação para a vida, é a própria vida."*



Escola Primária de Monte Café



Jardim de Infância de Santana



Reunião com o Diretor do Centro de Formação Profissional de São Tomé e Príncipe (Budo Budo)

No dia 13 de janeiro, estivemos presentes nas comemorações do Dia do Professor de São Tomé e Príncipe e simultaneamente dos 32 anos do SINPRESTEP, que se realizou no Jardim de Infância de Santana. Esta iniciativa contou ainda com a presença da Sra. Ministra da Educação que disse que o momento atual é para refletir pois as crianças perderam hábitos de estudo e os professores a exigência. Aproveitou para realçar a importância da formação contínua ao longo da carreira docente, tema que havia sido abordado no dia anterior com o Secretário-Geral da FNE.



Uma das preocupações que a comitiva da FNE levava na sua bagagem, era encontrar parceiros para a realização de um Projeto de Educação Ambiental que vise a recuperação/ limpeza das praias e ruas de São Tomé. Para tal reuniu com uma associação local sediada em Guadalupe de nome BAÓBA, que tem como preocupação principal a causa ambiental e com o Centro de Formação Profissional de São Tomé e Príncipe. Destas reuniões resultaram parcerias que juntamente com o SINPRESTEP, permitirão elaborar o Projeto de Educação Ambiental, o qual será posteriormente apresentado ao Ministério da Educação de São Tomé e Príncipe.

A comitiva da FNE, teve ainda a oportunidade de visitar o terreno que o SINPRESTEP adquiriu, para a construção da sua Sede e do Centro de Formação de Professores.



No dia 17 de janeiro, tivemos uma última reunião com a equipa diretiva do SINPRESTEP, liderada pelo seu Secretário Geral Adjunto, Vitoriano Soares, à qual deixamos um plano de trabalhos a desenvolver a curto prazo, para que os dois principais projetos possam vir a ser concretizados. Falamos do Projeto de Educação Ambiental e da Construção do Centro de Formação de Professores.

SINPRESTEP realiza acção de formação com os seus delegados no âmbito da comemoração do 32º aniversário da sua institucionalização com apoio da FNE



Delegados sindicais do SINPRESTEP capacitados na matéria de "desenvolvimento profissional docente - competências dos professores para o século XXI"

Ministra de Educação Cultura e Ciência participa no almoço comemorativo ao dia do SINPRESTEP - no jardim de Santana



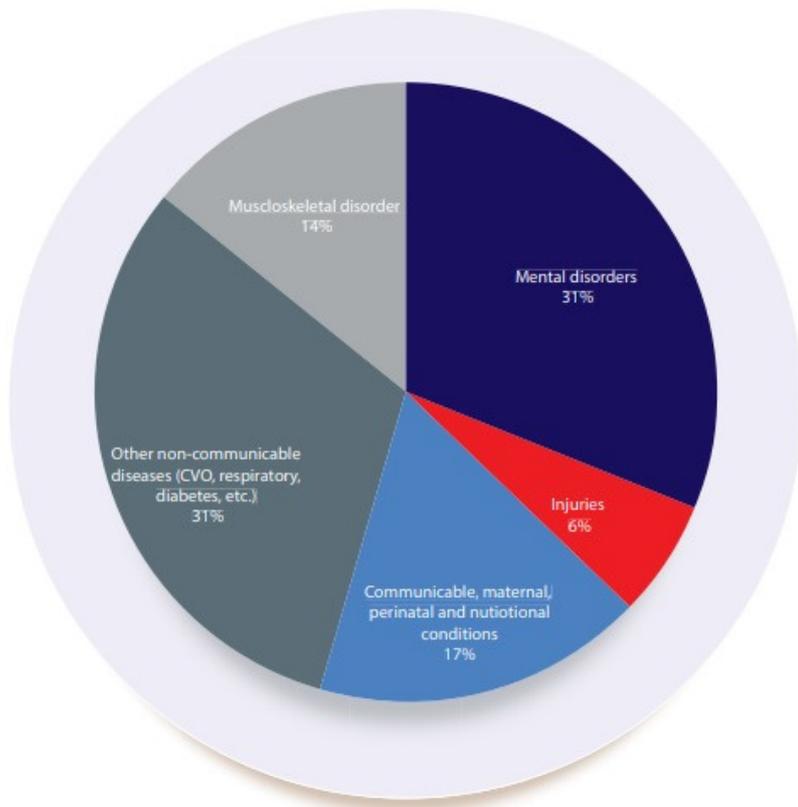
# Saúde Mental: Finlandeses não são tão felizes como parecem

**Especialista da OCDE, Christopher Prinz aborda a saúde mental como um pilar central do desenvolvimento sustentável. Com experiência no setor público e privado, ele combina uma investigação rigorosa, colaboração internacional e um vasto conhecimento dos fatores sociais, económicos e culturais que entram na equação da saúde mental.**

Os problemas mentais sempre foram um quebra-cabeças para trabalhadores, empresas, empregadores e governos. A Covid-19 só veio intensificar a necessidade de os países implementarem políticas de prevenção, capazes de suster o problema. Christopher Prinz continua a utilizar uma abordagem multinível para diminuir o fosso entre a investigação, a política e a prática. Na sua abordagem, são muitas as complexidades à volta da saúde mental das pessoas e múltiplos os fatores que contribuem para o bem-estar individual e social.

Tanto na Educação como em todos os setores de atividade é necessário estarmos munidos da competência em matéria de saúde mental, assim como nas formas como as mudanças de estilos de vida impactam em nossas vidas. A começar pelo facto de que o bem-estar e a saúde mental não podem ser considerados assuntos privados. Uma vez que todas as pessoas merecem viver uma vida feliz e sem stress.





## Efeitos da saúde mental

Fonte: "IOE, Mental Health and Wellbeing at Work", november 2023, p. 8.

Para Christopher Prinz, a Covid trouxe uma maior consciência da importância da saúde mental. De um momento para o outro, a proporção de pessoas a relatar sofrimento mental, depressão ou ansiedade duplicou e triplicou em vários países. Os sistemas de saúde e social não estavam preparados para semelhante crise. E pela primeira vez, os governos começaram a falar mais abertamente da saúde mental e a recolher dados e provas sobre o assunto.

A sensibilização para a saúde mental é muito importante. Há muito estigma em torno da matéria, assim como uma verdadeira falta de auto-consciência. É por isso que a sensibilização é tão importante, porque permite identificar os problemas numa fase precoce. Esta competência é por demais relevante, não apenas nos hospitais psiquiátricos, mas também nas nossas vidas e atividades diárias; nas escolas, em particular para os professores; no local de trabalho; entre os funcionários dos serviços de assistência social e de emprego e no setor da saúde, especialmente entre os médicos de clínica geral e os enfermeiros.

Alguns problemas de saúde mental são muito complexos e requerem cuidados psiquiátricos. Mas a grande maioria dos problemas de saúde, incluindo os problemas e condições de saúde mental, não necessitam de um tratamento em tão grande escala. Mesmo quando as pessoas abordam o setor da saúde com um problema de saúde mental, 80% de todos os casos são tratados por médicos de clínica geral e não mais do que isso.

No entanto, verificámos que os médicos de clínica geral não tinham quase nenhum conhecimento sobre saúde mental. Não fazia parte do seu currículo em nenhum país, e só receberam talvez um curso de duas horas para terem uma ideia do que se trata. Mas a sensibilização e a competência em todas estas áreas são vitais para estudantes, trabalhadores, doentes e candidatos a emprego.

## O termo Burnout afasta estigma de doença mental

Muitas pessoas no mercado de trabalho debatem-se com depressão ou outros problemas de saúde mental. Além disso, as doenças mentais não tratadas estão a aumentar. Um relatório da Organização Mundial de Saúde (OMS) sugere que apenas 1 em cada 3 pessoas com depressão recebe os cuidados de que necessita.

Para Christopher Prinz, a primeira coisa que os governos podem fazer é garantir que todos os actores-chave compreendem efetivamente a questão e têm competência para identificar os problemas que têm de resolver. Há dois aspetos a considerar: primeiro, toda a área da promoção de uma boa saúde mental e da prevenção do aparecimento de burnout e de outros problemas de saúde mental; segundo, devemos ser capazes de reagir muito rapidamente.

Isto significa estar consciente da situação em que as crianças estão sob pressão e perceber quando o comportamento de uma criança muda, para que possamos reagir rapidamente e procurar apoio profissional desde o início ou começar a falar sobre o assunto. Não podemos deixar que as coisas passem despercebidas, pois a falta de tratamento é uma enorme diferença entre a saúde mental e a saúde física.

Metade de todas as doenças mentais não são tratadas e, normalmente, podem passar dez anos desde o primeiro momento em que se deteta um problema até as pessoas receberem o primeiro tratamento efetivo. Isto é especialmente delicado quando se trata de jovens, porque não é saudável rotular alguém com um problema de saúde mental aos 14 anos de idade.

Um dos grandes desafios dos problemas de saúde mental é o facto de, normalmente, começarem muito cedo na vida, sendo que uma em cada duas doenças mentais tem o seu início durante a adolescência. É por isso que temos de atuar precocemente. No entanto, existe um dilema porque queremos evitar rotular alguém com uma doença mental. A investigação mostra que, uma vez rotulado, os resultados pioram, devido ao estigma e à discriminação.



O termo burnout é interessante porque não é considerado um problema de saúde mental. É mais aceitável falar de esgotamento, porque se pode dizer "estou esgotado porque trabalho muito e estou exausto". A verdade é que a maior parte das pessoas que sofrem de burnout têm, de facto, uma depressão subjacente, sobre a qual podem não querer falar ou da qual nem sequer têm consciência.

O termo "burnout" é uma forma de contornar o estigma da doença mental. Quando dizemos que estamos esgotados, não parece que estamos doentes, mas que trabalhamos muito e merecemos uma pausa. Ao mesmo tempo, é um bom exemplo de como os locais de trabalho esgotam as pessoas até aos seus limites. Não temos estado suficientemente conscientes do impacto a longo prazo desta situação.

As empresas aperceber-se-ão de que são muito melhores se derem às pessoas pausas suficientes e se as apoiarem desde cedo. Isto aumenta a produtividade e a produção da empresa. No entanto, tal não acontece se pudermos simplesmente livrar-se dessas pessoas assim que houver um problema. Esta não é uma solução sustentável.

A presente escassez de mão de obra na maioria dos setores da economia obriga os empregadores a serem mais cuidadosos com os seus trabalhadores. A escassez de mão de obra é uma questão estrutural de longo prazo. Mas surge num bom momento porque pode duplicar esta mudança no sentido de uma maior consciencialização da importância de uma boa saúde mental para o desempenho das pessoas.

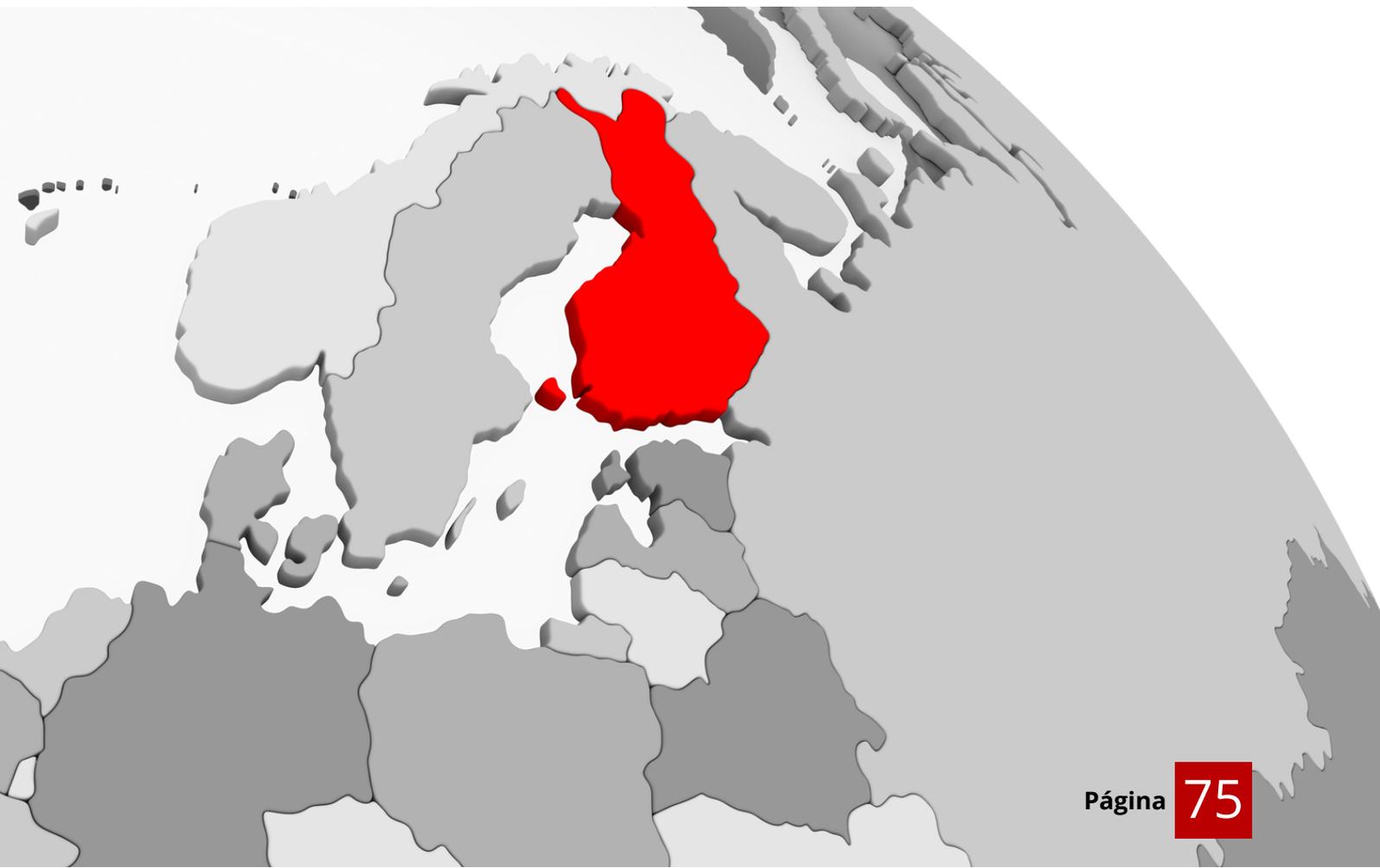


## Escandinavos têm algumas das taxas de suicídio mais elevadas

Christopher Prinz fica sempre surpreendido porque, para os empregadores, é muito fácil medir o que estão a fazer. Eles próprios dispõem de dados para medir as taxas de absentismo e a produtividade do seu pessoal, porque não se trata apenas de pessoas que se ausentam com mais frequência. Trata-se também de pessoas que estão no trabalho, mas não são muito capazes de trabalhar. A isto também se chama presenteísmo - o trabalhador comparecer no local de trabalho, mesmo estando doente; não cumprindo a totalidade das suas tarefas e/ ou não as executando adequadamente.

Há um terceiro elemento, que é a rotatividade, e que também é muito dispendioso para os empregadores. Para os empregadores com boas práticas faz muito sentido cuidar dos seus empregados e fazer as coisas de forma diferente. Não porque sejam pessoas de bom coração e queiram que os seus empregados sejam mais felizes, mas porque querem gerir uma boa empresa com um elevado rendimento económico e lucros elevados.

As empresas podem facilmente utilizar os dados para obter melhores resultados. Podem facilmente medir o impacto em termos de taxas de retenção, baixas por doença, presenteísmo e tudo o resto. Têm as ferramentas nas suas próprias mãos. O segundo aspeto, quando falamos do local de trabalho, é que muitas das questões se resumem a uma gestão de elevada qualidade. Penso que não fazemos ideia da importância da gestão para tudo isto e da má gestão que existe na maioria das empresas.





A Finlândia está constantemente no topo do Índice Mundial de Felicidade. Mas os finlandeses não são tão felizes como parecem. Na verdade, os países escandinavos têm algumas das taxas de suicídio mais elevadas da UE. Christopher Prinz tem dúvidas sobre as medidas de felicidade e a investigação. Aliás, os dados que a OCDE utiliza não são indicadores de felicidade, mas sim indicadores de saúde mental e de incapacidade, entre outros.

Na realidade, os países nórdicos não estão necessariamente a sair-se tão bem nos indicadores da OCDE. Se já estivemos na Finlândia e falámos com finlandeses, podemos não sentir que se trata de uma sociedade feliz. Aliás, é frequente falarem de si próprios com uma autoestima relativamente baixa e considerarem-se tristes.

Uma das coisas muito positivas nos países nórdicos é o facto de terem sociedades mais igualitárias. A desigualdade salarial e de rendimentos é menor do que noutros países. Além disso, os impostos mais elevados são aceites pela população, uma vez que existe uma maior compreensão de que os impostos são utilizados para fins positivos, como a assistência às crianças e aos idosos.

Noutros países, as pessoas queixam-se dos impostos que pagam. Mas é claro que existe o risco de os nórdicos se tornarem como os outros países devido à globalização e à influência internacional.

**Com *Align Thoughts***

# + vantagens

Há +vantagens em ser associado(a)  
dos sindicatos da FNE



[www.fne.pt](http://www.fne.pt)

[Consultar protocolos](#)



# PELA ESCOLA PÚBLICA! INVESTIR NA EDUCAÇÃO



#InvestirNaEducação

## FICHA TÉCNICA | JANEIRO 2024

### Proprietário

Federação Nacional da Educação

### Diretor

Pedro Barreiros

### Produção de conteúdos

Joaquim Santos e Tiago Soares

### Secretariado

Adosinda Leitão e Cristina Maia

### Tesoureiro

Mário Jorge

### Redação

Rua Pereira Reis, 399  
4200-448 Porto  
tel. 225 073 880  
www.fne.pt | secretariado@fne.pt

### Produção gráfica e paginação

Rafael Marques

### Sindicatos membros

- Sindicato dos Professores da Zona Norte
- Sindicato dos Professores da Zona Centro
- Sindicato Democrático dos Professores da Grande Lisboa e Vale do Tejo
- Sindicato Democrático dos Professores do Sul
- Sindicato Democrático dos Professores dos Açores
- Sindicato Democrático dos Professores da Madeira
- Sindicato dos Professores nas Comunidades Lusíadas
- Sindicato dos Técnicos Superiores, Assistentes e Auxiliares de Educação da Zona Norte
- Sindicato dos Técnicos Superiores, Assistentes e Auxiliares de Educação da Zona Centro
- Sindicato dos Técnicos Administrativos e Auxiliares de Educação do Sul e Regiões Autónomas